



Americanos reunidos no National Mall para a Marcha sobre Washington de 1963. (Warren K. Leffler/ Biblioteca do Congresso.)

Copyright © 2018 by Jill Lepore
Todos os direitos reservados.

TÍTULO ORIGINAL

These truths: a history of the United States

PREPARAÇÃO

João Sette Camara

Fernanda Machtyngier

REVISÃO

Anna Beatriz Seilhe

Juliana Pitanga

Luiz Felipe Fonseca

Milena Vargas

REVISÃO DE E-BOOK

Cristiane Pacanowski | Pipa Conteúdos Editoriais

Carolina Andrade

Juliana Pitanga

Maíra Pereira

GERAÇÃO DE E-BOOK

Calil Mello Serviços Editoriais

E-ISBN

978-65-5560-062-9

Edição digital: 2020

1ª edição

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA INTRÍNSECA LTDA.

Rua Marquês de São Vicente, 99, 3º andar

22451-041 — Gávea

Rio de Janeiro — RJ

Tel./Fax: (21) 3206-7400

www.intrinseca.com.br



intrinseca.com.br

Precisamos nos emancipar para, então, salvar nosso país.

— Abraham Lincoln, 1862

SUMÁRIO

[Avançar para o início do texto]

Capa

Folha de rosto

Créditos

Mídias sociais

Dedicatória

Introdução: A questão posta

*Parte Um: **A IDEIA***

Um: A Natureza do Passado

Dois: Governantes e governados

Três: Sobre guerras e revoluções

Quatro: A Constituição de uma nação

*Parte Dois: **O POVO***

Cinco: Uma Democracia de Números

Seis: A alma e a máquina

Sete: Sobre navios e naufrágios

Oito: A face da batalha

*Parte Três: **O ESTADO***

Nove : Sobre Cidadãos, Indivíduos e Pessoas

Dez: Eficiência e as massas

Onze: Uma Constituição do ar
Doze: A Brutalidade da Modernidade

*Parte Quatro: **A MÁQUINA***

Treze: Um mundo de conhecimento

Quatorze: Certos e errados

Quinze: Linhas de batalha

Dezesseis: América destroçada

Epílogo: A questão enfrentada

Agradecimentos

Notas

Sobre a autora

Leia também

A QUESTÃO POSTA

O CURSO DA HISTÓRIA É IMPREVISÍVEL, INSTÁVEL COMO O CLIMA E ERRÁTICO como a afeição. Nações prosperam e naufragam por obra do capricho e do acaso — devastadas pela violência, corrompidas pela ganância, usurpadas por tiranos, pilhadas por velhacos, aturdidadas por demagogos. Tudo isso era verdade até uma certa terça-feira, dia 30 de outubro de 1787, quando os leitores de um jornal chamado *New-York Packet* viram, na primeira página, o anúncio de um almanaque recheado de tabelas que calculavam o “Nascente e Poente do Sol”, a “Previsão do Tempo”, a “Duração dos Dias e das Noites” e, de bônus, algo inteiramente novo: a Constituição dos Estados Unidos, 4.400 palavras que buscavam delimitar as ações dos órgãos do governo e estabelecer a separação de seus poderes, como se aquilo fosse uma questão da física, similar ao trânsito do Sol e da Lua e ao vaivém das marés.¹ A Constituição foi criada para ser o marco de uma nova era, na qual o curso da história seria mais previsível, e os governos estabelecidos seriam comandados não por acidente ou pelo uso da força, mas por meio da razão e da escolha. As origens desse conceito e sua finalidade se confundem com a própria história dos Estados Unidos.

A Constituição implicou trabalho duro e muita discussão. Vestindo culotes e pingando de suor, os delegados que participaram

da assembleia constituinte se encontraram na Filadélfia durante um verão inteiro, em escaldante sigilo, e as janelas do salão onde se reuniam ficavam lacradas com tábuas, para evitar que suas conversas fossem entreouvidas. Em meados de setembro, eles tinham o esboço de uma proposta, redigida em quatro folhas de pergaminho, e enviaram-no a uma gráfica, que definiu o início do seu imponente preâmbulo com uma letra N gigante, em uma fonte pontiaguda como a garra de uma ave:

Nós, o povo dos Estados Unidos, com o objetivo de formar uma União mais perfeita, estabelecer a Justiça, assegurar a Tranquilidade interna, prover a defesa comum, promover o Bem-estar geral e garantir para nós e para nossos Descendentes os Benefícios da Liberdade, promulgamos e estabelecemos esta Constituição para os Estados Unidos da América.

Quando o verão começava a dar lugar ao outono, os homens livres dos Estados Unidos, que encontravam a Constituição encartada em seus jornais e almanaques, foram convidados a decidir se ela deveria ou não ser ratificada, enquanto seguiam enfardando seu feno, moendo seu milho, curtindo seu couro, entoando seus cânticos religiosos, afrouxando as costuras dos casacos de inverno do ano anterior para os pais e mães que haviam engordado, e soltando as bainhas das roupas das crianças que haviam crescido.

Todos leram aquele documento estranho e complicado, e discutiram seus objetivos. Alguns ficaram com a impressão de que o novo sistema concedia muito poder ao governo federal — ao presidente, ao Congresso, à Suprema Corte, ou a todos os três. Muitos, como George Mason, delegado de 61 anos morador da Virgínia, que se recusou a assinar o documento, queriam que a Constituição incluísse uma declaração de direitos. (“Uma declaração

pode ser elaborada em poucas horas”, suplicou Mason na convenção, mas foi ignorado).² Outros reclamaram de uma ou outra cláusula, discutindo até as vírgulas. Não era algo fácil de se ler. Alguns sugeriram jogar tudo fora e começar do zero. Um cidadão questionou se “o mesmo poder que convocou essa última assembleia não poderia convocar uma nova (...) As pessoas não são mais senhoras de si?”³

Muito do que essas pessoas disseram foi registrado. “O período de infância da maioria dos países ou está enterrado em silêncios ou envolto em uma bruma de fábulas”, observou certa vez James Madison.⁴ Não o dos Estados Unidos. Assim como os dentes de leite de um bebê são guardados em um pote de vidro, a infância dos Estados Unidos foi preservada nas quatro folhas de pergaminho da Constituição, nas páginas dos almanaques que previam o clima de um passado distante, e nas centenas de jornais, nos quais artigos favoráveis e contrários ao novo sistema de governo surgiam ao lado de boletins sobre as condições do mar, de avisos de leilão e de anúncios que pediam o regresso de pessoas — mulheres e crianças, escravos e serviçais — que nunca haviam sido donas de si, que fugiram na esperança de declarar e instituir, para si e para os que viessem depois, as bênçãos da liberdade.

A Constituição foi ratificada durante um outono absolutamente trivial. Na edição de 30 de outubro de 1787 do *New-York Packet*, um professor anunciou que estava oferecendo aulas de “leitura, escrita, aritmética e contabilidade” em salas próximas à prefeitura. O espólio da Gearey, Champion and Co., que consistia majoritariamente de “uma grande e variada seleção de drogas e medicamentos”, seria leiloado. Veleiros de Londres e Liverpool e escunas de St. Croix, Baltimore e Norfolk lançaram suas âncoras nas profundezas da baía; chalupas de Charleston e Savannah amarraram suas cordas nas

docas. Um escocês oferecia recompensa pela devolução de sua égua zaina de quatorze palmos de altura — “postura ativa, trote e galope muito elegantes” — que havia sido roubada. O dono de um armazém localizado em Peck Slip queria informar aos leitores que estava vendendo bacalhau seco, uma boa quantidade de melaço, gengibre em pó em barris, rum de York, bacalhau em conserva, papel de carta e sapatos masculinos. E o *Columbian Almanack* estava à venda, com ou sem a Constituição encartada, na oficina da gráfica, onde os novaiorquinos também poderiam adquirir, por uma determinada quantia, dois seres humanos:

À VENDA. JOVEM CRIADA NEGRA CONVENIENTE, 20 anos de idade. Está saudável e teve varíola. Tem um bebê do sexo masculino.

O anúncio dizia que a mãe era “extraordinária no trabalho doméstico”; seu bebê tinha “cerca de seis meses de idade” e ainda mamava. Seus nomes não eram mencionados.⁵ Eles não estavam sob o domínio da razão e da escolha. Estavam sob o domínio da violência e da força.

Em meio às atrocidades cotidianas da escravidão e às últimas novidades dos boticários, apareceu, na segunda página da edição daquele dia do *New-York Packet*, um artigo intitulado “O FEDERALISTA NÚMERO UM”. Ele havia sido escrito, de forma anônima, por um impetuoso advogado de 30 anos chamado Alexander Hamilton. “Você foi convocado para deliberar sobre uma nova Constituição para os Estados Unidos da América”, disse ele aos seus leitores. Porém, ele ressaltava que havia mais coisa em jogo: a decisão incorreta resultaria em uma “desgraça para a humanidade”. Segundo seu argumento, os Estados Unidos eram um experimento

em ciência política que marcaria uma nova era na história dos governos:

Parece ter sido reservado ao povo deste país, por sua conduta e exemplo, o veredito da importante questão: se as sociedades humanas são de fato capazes de estabelecer um bom governo a partir da razão e da escolha, ou se elas estão para sempre destinadas a depender do acaso e da força para as suas constituições políticas.⁶

Essa era a questão naquele outono. E, de certa maneira, essa tem sido a questão de todas as estações desde então, apresentada a cada nascer e pôr do sol, em dias de chuva e de neve, em dias claros e nublados, e a cada relâmpago que cai. Uma sociedade politizada pode realmente ser governada pela reflexão e pela eleição, pela razão e pela verdade, e não por acidente e violência, por preconceito e embuste? Existe alguma estrutura de governo — alguma Constituição — por meio da qual um povo seja capaz de governar a si próprio de forma justa e honesta, tratando todos como iguais, exercitando o bom senso e a responsabilidade? Ou seus esforços, não importando suas constituições, estariam fadados a ser corrompidos, seu bom senso anuviado pela demagogia, e sua razão abandonada pela fúria?

Seja qual for o clima, essa é a questão central da história americana. É também a questão central deste livro, um relato das origens, do curso e das consequências do experimento americano ao longo de mais de quatro séculos. Não é uma questão simples. Uma vez me deparei com um livro chamado *The Constitution Made Easy*.⁷ A Constituição não pode ser descomplicada. Essa nunca foi a sua intenção.

O EXPERIMENTO AMERICANO se sustenta em três ideias políticas, ou “estas verdades”, como Thomas Jefferson as chamava: igualdade política, direitos naturais e a soberania do povo. “Consideramos estas verdades sagradas & inegáveis”, escreveu Jefferson em 1776, em um rascunho da Declaração da Independência:

que todos os homens são criados como iguais e independentes, que dessa criação igualitária derivam direitos inerentes e inalienáveis, entre os quais estão a preservação da vida, e a liberdade, e a busca pela felicidade; que, para garantir esses fins, governos serão instituídos entre os homens, cujos justos poderes derivam do consentimento daqueles que são governados.

As raízes desses conceitos são tão antigas quanto Aristóteles e o Gênesis, e suas ramificações se estendem longamente, como os galhos de um carvalho, mas também são os princípios fundadores dos Estados Unidos: foi ao declará-los que essa nação passou a existir. Nos séculos seguintes, esses princípios foram aprovados, criticados e contestados, defendidos, discutidos e atacados. Depois de ler o rascunho de Jefferson, Benjamin Franklin pegou sua pena, riscou as palavras “sagrado e inegável” e sugeriu que “essas verdades” eram, em vez disso, “autoevidentes”. Essa não foi apenas uma pequena objeção. Verdades sagradas e inegáveis são aquelas divinas concedidas por Deus e pertencentes à religião. Verdades evidentes são leis da natureza, empíricas e observáveis, pertencentes à ciência. Essa divergência quase partiu a República ao meio.

Apesar disso, essa divergência é quase sempre exagerada, e é fácil exacerbar as diferenças entre Jefferson e Franklin, que, nas linhas daquele texto, também se apresentaram como uma questão

estilística: as revisões de Franklin são mais assertivas. O embate real não é entre Jefferson e Franklin, cada um tentando, à sua maneira, conciliar fé e razão, como muitos tentaram antes e depois deles. O embate real é entre “essas verdades” e o curso dos eventos: a história dos Estados Unidos atesta essas verdades ou as desmente?

Antes de começar o experimento, os homens que escreveram a Declaração da Independência e a Constituição haviam adquirido um conhecimento profundo da história por meio de uma vida inteira de estudos. Benjamin Franklin tinha 81 anos de idade e estava todo torto e corcunda quando assinou a Constituição, em 1787, com sua mão enrugada e sarapintada. Em 1731, quando tinha 25 anos, na flor da idade, havia escrito um artigo chamado “Observations on Reading History” em um “papelzinho preservado por acaso”.⁸ E ele seguiu estudando história e fazendo anotações, perguntando a si mesmo, ano após ano: o que o passado nos ensina?

Os Estados Unidos têm como base um compromisso com a igualdade, que é um conceito essencialmente moral, com raízes no Cristianismo, mas o país também mantém um compromisso com a indagação, intrépida e inabalável. Seus fundadores concordavam com o filósofo e historiador escocês David Hume, que, em 1748, escreveu que os “registros de guerras, intrigas, dissensões e revoluções são muitas coleções de experimentos”.⁹ Eles acreditavam que a verdade podia ser encontrada nos conceitos da moral, mas também no estudo da história.

Falou-se muito, ao longo do século XXI e também em séculos anteriores, que os americanos carecem de um passado coletivo e que a República, construída sobre uma base rachada, está ruindo.¹⁰ Parte desse argumento tem a ver com ancestralidade: os americanos descendem dos conquistadores e dos conquistados; das pessoas que

foram escravizadas e de quem as escravizou; da União e da Confederação; dos protestantes e dos judeus; dos muçulmanos e dos católicos; e dos imigrantes e das pessoas que lutaram para acabar com a imigração. Às vezes, na história dos Estados Unidos — em quase todas as histórias das nações —, o vilão de uma pessoa é o herói de outra. Outro aspecto que compõe esse argumento é a ideologia: os Estados Unidos foram fundados com base em um conjunto de ideias, mas os americanos se dividiram tanto que não concordam mais, se é que algum dia concordaram, sobre o que essas ideias são ou foram.

Escrevi este livro porque narrar uma história dos Estados Unidos do começo ao fim — e ultrapassando esse cisma — é algo que não se tenta há muito tempo e é uma coisa importante, que parecia valer a pena. É importante pois a compreensão da história como uma forma de investigação — e não como algo fácil e reconfortante, mas desafiador e exaustivo — foi crucial para a fundação desse país. Isso, também, era novidade. No Ocidente, as narrativas mais antigas — a *Ilíada* e a *Odisseia* — eram odes e contos sobre guerras e reis, sobre homens e deuses, declamados e cantados. Essas histórias eram memoriais, assim como as demais histórias da Antiguidade: foram concebidas como monumentos. “Escrevi a minha obra não para ganhar o aplauso do momento”, escreveu Tucídides, “mas como um bem para a posteridade.” Heródoto acreditava que o propósito de se escrever a história era “evitar que o tempo apague o que o homem criou”. Um novo tipo de relato histórico, menos memorial e mais incômodo, só começou a surgir no século XIV. “A história é uma ciência filosófica”, escreveu em 1377 Ibne Caldune, douto muçulmano africano do norte, no prólogo da sua história do mundo, na qual ele definiu a história como o estudo “das causas e origem das

coisas existentes”.¹¹

Foi só por trancos e solavancos que a história se tornou não apenas uma forma de memória, mas também de investigação, passível de ser contestada, como a filosofia, de ter suas premissas questionadas, suas evidências examinadas, seus argumentos refutados. No começo do século XVII, Sir Walter Raleigh começou a escrever a sua própria “História do Mundo” (*History of the World*) de uma cela na Torre de Londres, onde lhe foi permitido manter uma biblioteca de quinhentos livros. O passado, Raleigh explica, “nos familiariza com nossos antepassados mortos”, mas também joga luzes sobre o presente, “ao comparar as mazelas vivenciadas por outros homens com nossos próprios erros e equívocos”.¹² Estudar o passado é abrir as portas da visão do presente.

Esse novo entendimento sobre o passado era uma tentativa de separar história e fé. Os livros sagrados das religiões do mundo — a Bíblia hebraica, o Novo Testamento, e o Corão — estão repletos de mistérios, verdades que são conhecidas somente por Deus, aceitas num ato de fé. Nos novos livros de história, os historiadores se dedicavam a resolver mistérios e descobrir suas próprias verdades. Essa mudança da reverência para a investigação, do mistério para a história, foi crucial para a fundação dos Estados Unidos. Ela não exigia o abandono da fé e das verdades reveladas pela religião, nem dispensava ninguém da obrigação de saber a diferença entre o certo e o errado. Porém, exigia que o passado fosse submetido ao ceticismo, que se olhasse para o começo não para justificar os fins, mas para questioná-los — com evidências.

“Não ofereço nada além de fatos simples, argumentos claros e senso comum”, escreveu Thomas Paine, o filho irascível de um comerciante inglês, em *Common Sense* (Senso comum, em tradução

livre), em 1776. Os reis não teriam o direito de reinar, argumentava Paine, porque, se pudéssemos traçar as monarquias hereditárias até o seu princípio — “se pudéssemos desvelar o manto escuro do passado e rastrear os reis até o início de sua ascensão” —, nós descobriríamos que “o primeiro rei não passava do principal rufião de algum bando incansável”. James Madison explicou o ceticismo dos americanos em relação à história, esse empirismo profundo, da seguinte maneira: “O maior triunfo do povo americano é o fato de, ao mesmo tempo em que dá a devida atenção às opiniões de outras épocas e de outros países, não padecer de uma veneração cega pelo passado, pela tradição ou por nomes a ponto de invalidar as sugestões baseadas no seu próprio bom senso, no conhecimento de sua situação atual e nas lições aprendidas em sua experiência pessoal.”¹³ Para Madison, as evidências eram tudo.

“Chegamos a uma nova era na política”, escreveu Paine, com sua pena afiada, e “surge uma nova maneira de pensar.”¹⁴ Declarar independência era, por si só, um embate entre o presente e o passado, uma discussão que necessitava de um tipo muito específico de evidência: a evidência histórica. É por esse motivo que a maior parte da Declaração da Independência é uma lista de alegações históricas. “Para provar isso”, escreveu Jefferson, “permitam-nos submeter os fatos a um mundo cândido.”

Fatos, conhecimento, experiência, provas. Essas palavras vêm do direito. Na metade do século XVII, elas migraram para o que era então chamado de “história natural”: astronomia, física, química, geologia. Por volta do século XVIII, também passaram a ser aplicadas na história e na política. *Estas verdades*: esta era a linguagem da razão, do Iluminismo, da investigação e da história. Em 1787, então, quando Alexander Hamilton perguntou se “as sociedades humanas

são de fato capazes de estabelecer um bom governo a partir da razão e da escolha ou se estão para sempre destinadas a depender do acaso e da força para as suas constituições políticas”, esse era o tipo de pergunta que um cientista faria antes de começar um experimento. Somente o tempo poderia dizer. Mas o tempo passou. O começo chegou ao fim. Qual é, então, o veredito da história?

Este livro tenta responder a essa pergunta ao contar a história da história dos Estados Unidos, começando em 1492, com a viagem de Colombo, que conectou continentes, e terminando num mundo que não é simplesmente conectado, mas emaranhado, nodoso e constricto. Ele conta a história do assentamento das colônias americanas; a fundação do país e sua expansão por meio da migração, imigração, guerras e invenções; sua derrocada rumo à guerra civil; sua participação nas guerras na Europa; sua ascensão ao *status* de potência global e o seu papel, depois da Segunda Guerra, no estabelecimento da moderna ordem mundial liberal: o Estado de direito, os direitos individuais, o governo democrático, a abertura das fronteiras, e a liberdade dos mercados. Ele narra os conflitos do país com o comunismo no exterior e com o racismo em seu próprio território; suas rupturas e divisões, e as guerras que vem promovendo desde 2001, quando dois aviões se chocaram contra as duas torres do World Trade Center, a oito quadras do local em que, há muito, ficava a oficina da gráfica que imprimia o *New-York Packet*, onde um dia esteve à venda uma jovem mãe e seu bebê de 6 meses e um *Columbian Almanack*, que poderia vir, ou não, com a Constituição encartada.

A partir dessa História, eu contei uma história; e me esforcei para contá-la da forma mais honesta possível. Eu escrevi um começo e escrevi um fim, e tentei ir além desse limite, mas jamais me propus a

contar toda a história. Ninguém seria capaz. Falta muito nestas páginas. Na década de 1950, o historiador Carl Degler explicou a regra que ele usava para decidir o que manter e o que descartar em sua própria história dos Estados Unidos, um livro encantador chamado *Out of Our Past* (Do nosso passado, em tradução livre). “Que os leitores estejam avisados de que não encontrarão aqui nada sobre as administrações presidenciais entre 1868 e 1901, nenhuma menção aos índios americanos ou ao assentamento das colônias no século XVII”, alerta Degler. “A Guerra de 1812 é citada apenas numa nota de rodapé.”¹⁵ Eu também tive que deixar muita coisa de fora. Alguns eventos muito importantes não chegaram nem às notas, que eu tentei manter sempre bem curtinhas, como as unhas de um bebê.

Ao decidir o que manter e o que descartar, me restringi àquilo que, na minha opinião, um povo do século XXI precisa saber sobre o passado de sua estabelecida nação, especialmente porque este livro pretende servir também como uma cartilha de moral e cívica à moda antiga, uma explicação das origens e finalidades das instituições democráticas, das assembleias populares ao sistema de partidos, das convenções de nomeação ao voto secreto, dos programas de rádio às enquetes de internet. Este livro é, essencialmente, uma história da política. Ele dedica muito pouca atenção à história militar e diplomática, bem como à história social e cultural. Assim, contempla episódios da história da lei, da religião, do jornalismo e da tecnologia americanas, essencialmente porque são instâncias nas quais a verdade e a mentira foram postas em seus devidos lugares em certas ocasiões.

Além de ser um breve relato da história dos Estados Unidos e uma cartilha cívica, esta obra se propõe a ser ainda mais uma coisa: uma explicação sobre a natureza do passado. A história não é apenas um

tema; é também um método. O meu método, em geral, é deixar que os mortos falem por si. Comprimi suas palavras entre estas páginas, como flores, pela sua beleza, e como insetos, pela sua monstruosidade. O trabalho de um historiador não é como o de um crítico; é como o trabalho de um detetive e de um contador de histórias, de um filósofo e de um cientista, de um guardião de histórias, de um profeta, de alguém que conta a verdade.

E quanto ao passado dos Estados Unidos? Há, certamente, uma grande dose de sofrimento na história americana, e mais ainda de hipocrisia. Nenhuma nação, povo nenhum foi poupado disso. Mas há, também, no passado americano, uma quantidade enorme de decência e esperança, de prosperidade e ambição e, principalmente, de criatividade e beleza. Alguns livros de história americana não são capazes de criticar os Estados Unidos, e outros não fazem nada além disso. Este livro não é de nenhum desses dois tipos. As verdades sobre as quais tal nação foi fundada não são mistérios, artigos de fé que jamais poderão ser questionados, como se a fundação fosse um ato de Deus, mas também não são mentiras, criações ficcionais, como se nada pudesse ser conhecido, em um mundo sem verdade. Entre a reverência e a adoração, de um lado, e a irreverência e o menosprezo, do outro, há um caminho íngreme, longe das falsas devoções e dos triunfos mesquinhos sobre as pessoas que viveram, morreram e cometeram tanto seus atos de coragem quanto seus erros e pecados muito antes que cometêssemos os nossos. “Não podemos consagrar esta terra”, disse Lincoln, em Gettysburg. Temos a obrigação de, em vez disso, andar por essa terra, devotando nossas vidas tanto aos vivos quanto aos mortos.

Deixo aqui uma última observação sobre o ato de contar histórias e sobre a verdade. “Já comecei esta carta cinco vezes e rasguei tudo

em pedacinhos”, escreveu James Baldwin ao iniciar uma carta para o seu sobrinho, em 1962. “Eu ainda enxergo seu rosto, que é também o rosto do seu pai e do meu irmão.” Seu irmão estava morto; ele queria falar ao sobrinho sobre ser um homem negro, sobre a luta por igualdade e sobre a enorme importância e importância de se estudar o passado e refletir sobre suas origens. Ele prosseguiu,

Eu conheço vocês dois desde o começo de suas vidas, segurei seu Papai nos braços e o pus em meus ombros, beijei-o e lhe dei palmadas, e o vi aprender a andar. Não sei se você conhece alguém há tanto tempo assim; depois que você ama alguém por tanto tempo assim, primeiro como bebê, depois como criança, e depois como adulto, você desenvolve uma perspectiva estranha em relação ao tempo e ao sofrimento e ao esforço humano. Outras pessoas não conseguem ver o que eu vejo sempre que eu olho para o rosto do seu pai, pois, por trás do rosto do seu pai, como ele é hoje, estão todos aqueles rostos que já foram dele.¹⁶

Ninguém conhece um país há tanto tempo assim, desde quando era um bebê, com ou sem dentes de leite guardados num pote. Mas estudar a história é isso, olhar para um rosto e ver, atrás dele, um rosto atrás de um rosto atrás de um rosto. “Saiba de onde você vem”, Baldwin disse ao seu sobrinho.¹⁷ O passado é uma herança, uma dádiva e um fardo. Não se pode fugir dele. Você o leva consigo aonde você for. Não há nada a fazer além de conhecê-lo.



John Durand pintou Jane Beekman, a precoce nova-iorquina de seis anos de idade, em 1767, segurando um livro e tomada pela inspiração. Jane Beekman, de John Duran, 1767, óleo sobre tela. (Foto © Sociedade Histórica de Nova York.)

Parte Um

A IDEIA

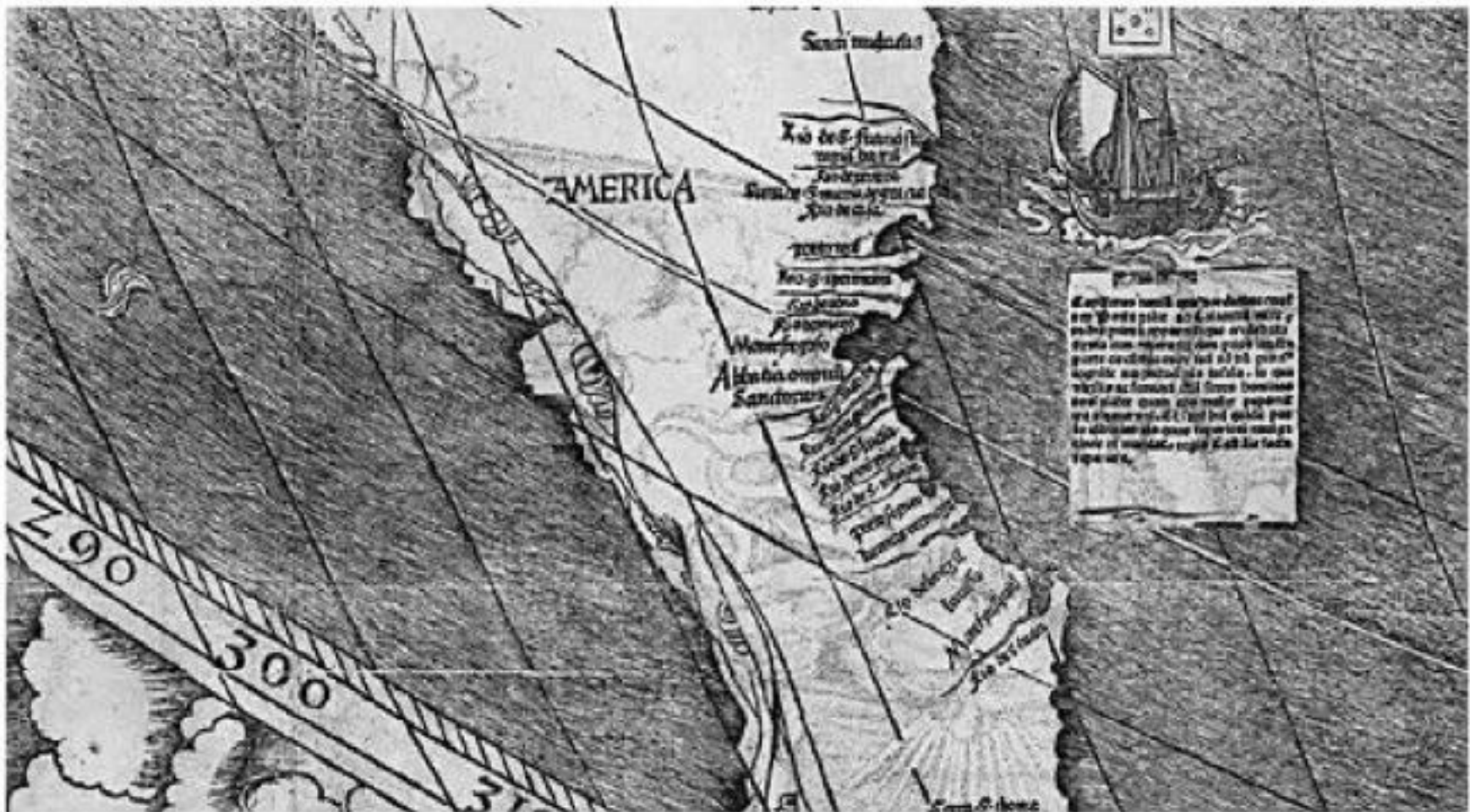


1492-1799

No começo, o mundo inteiro era a América.

— John Locke,
Segundo tratado sobre o Governo,
1689

A NATUREZA DO PASSADO



“América” apareceu pela primeira vez como o nome de uma massa de terra indefinida num mapa-múndi produzido em 1507. (Martin Waldseemüller / Biblioteca do Congresso.)

“VIMOS GENTE DESNUDA”, ESCREVEU EM SEU DIÁRIO UM CAPITÃO GENOVÊS de ombros largos, aproximando-se de terra firme depois de semanas sem ver coisa alguma além do azul-escuro do mar. Ou, pelo menos, é o que se acredita que Cristóvão Colombo tenha escrito em seu diário naquele dia de outubro de 1492, o risco de tinta escorrendo pela folha como o rastro deixado por uma lesma atravessando um areal. Ninguém sabe ao certo o que o capitão escreveu naquele dia, porque o seu diário se perdeu. Na década de 1530, antes do seu desaparecimento, partes do diário foram copiadas por um frei

dominicano de hábito e cabelo tonsurado chamado Bartolomeu de Las Casas. A cópia do frei também ficou perdida até aproximadamente 1790, quando um velho marinheiro a encontrou na biblioteca de um duque espanhol. Em 1894, a viúva de outro bibliotecário vendeu a uma duquesa fragmentos que aparentemente pertenciam ao original de Colombo — o volume estava com a sua assinatura e trazia o ano 1492 na capa. Depois disso, a viúva sumiu, e, junto com ela, desapareceu também o que quer que ainda restasse do diário original.¹



Num esboço coberto de borões da costa noroeste do Haiti, Colombo escreveu "la española", Hispaniola, "a ilha espanhola". (Coleção Granger.)

Isso tudo é muito lamentável; entretanto, não é nada incomum. A maioria das coisas que um dia já existiram não existem mais. Carne se decompõe, madeira apodrece, paredes cedem, livros se desfazem. A natureza responde por uma parte dessa conta, e a barbárie, pela outra. A história é o estudo do que resta, do que fica para trás, que pode ser praticamente qualquer coisa, desde que sobreviva à destruição do tempo e da guerra: cartas, diários, DNA, lápides, moedas, transmissões televisivas, pinturas, DVDs, vírus, páginas abandonadas no Facebook, transcrições das audiências do

Congresso, ruínas de construções. Algumas dessas coisas acabam sendo salvas por sorte ou por acaso, como aquela casa que, de forma quase milagrosa, permanece de pé depois que um furacão arrasa uma cidade. Mas a maior parte das coisas que um historiador estuda sobrevive porque foi guardada de propósito — colocada dentro de uma caixa e armazenada num sótão, nas prateleiras de uma biblioteca, dentro de um museu, fotografada ou gravada, hospedada em um servidor — cuidadosamente preservada, até mesmo catalogada. Juntando tudo isso, o acidental e o intencional, esse arquivo do passado — escombros, relíquias, um repositório do conhecimento, as evidências do que veio antes, essa herança — é chamado de registro histórico, e é enlouquecedoramente irregular, assimétrico e injusto.

Confiar em registros tão inconsistentes requer cautela. Mesmo assim, até mesmo as ausências falam. “Vimos gente desnuda”, escreveu Colombo em seu diário (pelo menos de acordo com as notas tomadas por Las Casas). “Era um povo muito pobre de tudo”, prosseguiu o capitão, descrevendo as pessoas que encontrou na ilha chamada pelos locais de Haiti — “terra das montanhas” —, mas que Colombo batizou de Hispaniola — “ilhota espanhola” —, porque achou que ela não tivesse um nome. Eles careciam de armas, relatou; careciam de ferramentas. Acreditava que eles careciam também de uma fé: “Parecem não ter religião.” Careciam de malícia; careciam de desconfiança. “Levarei seis deles até Vossas Altezas”, escreveu, dirigindo-se ao rei e à rainha da Espanha, “para que eles possam aprender a falar”, como se, de alguma maneira impossível, eles não tivessem uma língua.² Mais tarde, ele admitiu a verdade: “Nenhum de nós entende o que eles dizem.”³

Dois meses após chegar ao Haiti, Colombo se preparava para

retornar à Espanha, mas, ao navegar rente à costa, sua capitânia, que tinha três mastros, encalhou. Antes que o navio afundasse, os homens de Colombo aproveitaram sua madeira para construir um forte; a carcaça submersa nunca foi encontrada, tão perdida na história quanto as coisas que o povo do Haiti disse no dia em que aquele estranho capitão atracou no seu litoral. Na viagem de volta para casa, numa embarcação menor e mais rápida, com as velas quadradas, Colombo ficou refletindo a respeito de tudo o que ele não entendia sobre o povo que havia encontrado, um povo que ele chamou de “índios”, pois pensava ter navegado até as Índias. Ocorreu-lhe que talvez a ausência de uma religião ou de uma língua não fosse a questão, mas que essas coisas fossem, para ele, mistérios nos quais ele não conseguia penetrar, coisas que estavam além de sua compreensão. Ele precisava de ajuda. Em Barcelona, contratou Ramón Pané, um padre e estudioso, para acompanhá-lo em sua próxima viagem, para “descobrir e compreender [...] as crenças e idolatrias dos índios, e [...] como eles veneram os seus deuses”.⁴

Pané viajou com Colombo em 1493. Chegando ao Haiti, Pané conheceu um homem chamado Guatícabanú, que sabia todas as línguas faladas na ilha, aprendeu o idioma de Pané, o castelhano, e ensinou o seu a ele. Pané viveu entre os nativos, os Taino, por quatro anos, e entregou a Colombo seu relato, um manuscrito que intitulou *Um relato sobre as antiguidades dos índios*. Não muito tempo depois, a obra desapareceu.

O destino dos livros antigos varia tanto quanto a profundidade dos oceanos. Antes que *Um relato sobre as antiguidades dos índios* desaparecesse, Ferdinando, o filho de Colombo, que estava escrevendo uma biografia de seu pai, fez uma cópia. Embora o livro de Ferdinando Colombo ainda não tivesse sido publicado à época de

sua morte, em 1539, sua cópia do relato extraordinário já havia sido transcrita por outros estudiosos àquela altura, incluindo o obstinado Las Casas, um homem que nunca perdia a oportunidade de virar a página. Em 1570, um intelectual estava traduzindo, em Veneza, o relato de Pané para o italiano quando morreu na prisão, acusado de trabalhar como espião para os franceses. Apesar disso, sua tradução foi publicada em 1571, ou seja: o legado mais próximo do relato original de Pané é uma tradução malfeita para o italiano de palavras que já haviam sido traduzidas muitas vezes, de outras línguas para a língua de Guaticabanú, e da língua de Guaticabanú para o castelhano e, então, por Pané, do castelhano.⁵ E, mesmo assim, ele permanece sendo um tesouro.

“Escrevi tudo isso às pressas, e não tinha papel suficiente”, desculpou-se Pané. Ele havia feito uma compilação das histórias dos Taino, muito embora tenha achado difícil compreendê-las, uma vez que muitas delas, em sua opinião, aparentemente se contradiziam. “Por não terem nem escritos, nem letras”, relatou Pané, “eles não são capazes de fornecer relatos fiéis sobre o que ouviram de seus ancestrais, e, portanto, nem todos dizem as mesmas coisas.” Os Taino não tinham escrita. Porém, contrariando as impressões iniciais de Colombo, certamente tinham uma religião. Eles chamavam seu deus de Yúcahu. “Eles creem que ele mora no Paraíso e é imortal, e que ninguém é capaz de vê-lo, e que ele tem mãe”, explicou Pané. “Mas ele não tem um início (...) Da mesma forma, eles sabem de onde vieram, como o sol e a lua surgiram, como o mar foi criado, e para onde vão os mortos.”⁶

Os povos estruturam seus mundos a partir das histórias de seus mortos, seus deuses, e das origens de suas leis. Os Tainos contaram para Pané que seus ancestrais viveram um dia em cavernas e que só

saíam delas à noite, mas, uma vez, quando alguns deles se atrasaram para voltar, o Sol os transformou em árvores. Num outro momento, um homem chamado Yaya matou seu filho, Yayael, pôs seus ossos dentro de uma cabaça e a pendurou em seu telhado. Quando sua esposa desceu a cabaça e a abriu, os ossos haviam se transformado em peixes, e as pessoas comeram o peixe, mas, quando tentaram suspender a cabaça novamente, ela caiu no chão, e de dentro dela vazou toda a água que deu origem aos oceanos.

Os Taino não tinham escrita, mas tinham governo. “Suas leis estavam encerradas em canções antigas, por meio das quais eles governavam a si mesmos”, relatou Pané.⁷ Eles cantavam suas leis e cantavam a sua história. “Em vez de livros, essas canções ficam guardadas em suas memórias”, observou outro historiador espanhol, “e é dessa forma que eles recitam as linhagens dos caciques, dos reis e dos senhores que tiveram, seus atos, e tudo de bom e de ruim pelo que passaram.”⁸

Nessas canções, eles contavam as suas verdades. Falavam sobre como os dias, as semanas e os anos após o capitão de ombros largos resolver olhar para sua ilha tinham sido os piores de todos os tempos. Seu deus, Yúcahu, havia profetizado que eles “desfrutariam de seus domínios apenas por um curto período, pois chegaria à sua terra um povo coberto de roupas, capaz de subjugar-los e de matá-los”.⁹ Isso acabou acontecendo. Havia cerca de três milhões de pessoas naquela ilha, a terra das montanhas, quando Colombo desembarcou; cinquenta anos depois, havia apenas quinhentas. Os demais estavam todos mortos, e suas canções nunca mais seriam cantadas.

I.

AS HISTÓRIAS SOBRE AS ORIGENS quase sempre começam na escuridão, com terra, água e noite sombrias como a morte. O Sol e a Lua vieram de uma caverna, disseram os Taino para Pané, e os oceanos saíram de dentro de uma cabaça. Os Iroquês, um povo da região dos Grandes Lagos, dizem que o mundo se origina de uma mulher que morava nas costas de uma tartaruga. Os Akan, de Gana, contam uma história sobre um deus que vivia mais perto da Terra, não muito alto no céu, até que uma mulher bateu nele com um pilão e ele saiu voando para longe. “No princípio, Deus criou o Céu e a Terra”, de acordo com o Gênesis. “E a Terra era sem forma, e vazia; e havia trevas sobre a face do abismo.”

As trevas também estavam sobre a face do abismo nas histórias geológicas, cujas evidências se encontram em pedras e ossos. O universo foi criado há cerca de quatorze bilhões de anos, de acordo com indícios de rastros de meteoros e vestígios do pós-vida das estrelas que piscam ao longe, oscilando entre luz e trevas. A Terra se formou há cerca de quatro bilhões de anos, conforme a datação da areia e das pedras, do leito oceânico e dos topos das montanhas. Por muito tempo, todos os territórios do planeta estavam aglomerados, até que, há cerca de trezentos milhões de anos, esse aglomerado de territórios começou a se separar; pedaços foram se soltando e continuaram a se afastar uns dos outros, como os destroços de um navio que afunda.

Evidências de um passado tão distante assim são traiçoeiras, mas sobrevivem nos lugares mais improváveis, até mesmo nos ninhos dos ratos trocadores, um gênero de mamíferos que já rastejava pela América do Norte há sessenta milhões de anos. Esses animais construía seus ninhos usando gravetos, pedras e ossos, e depois urinavam neles; o líquido se solidificava, como o âmbar, preservando

os ninhos de rato como se tivessem sido prensados entre lâminas de vidro. Muitos dos animais e plantas que viveram na mesma época dos antigos ratos trocadores acabaram extintos mais tarde, perdidos para sempre, salvos apenas pelos ninhos desses ratos, nos quais seus restos preservados fornecem evidências não apenas da evolução, como também do aquecimento do planeta. Um ninho de ratos trocadores não é um registro geológico; ele é mais como um arquivo, uma coleção reunida e conservada, como uma biblioteca de livros e manuscritos antigos há muito tempo esquecidos, um tesouro, um inventário dos primórdios dos animais e das plantas.¹⁰

O registro dos fósseis é ainda mais rico. Charles Darwin definiu os registros deixados pelos fósseis como “uma história do mundo imperfeitamente preservada”. De acordo com esses registros, o *Homo sapiens*, o ser humano moderno, surgiu há cerca de trezentos mil anos, na África Oriental, na região onde atualmente fica a Etiópia. Ao longo dos 150 mil anos seguintes, os primeiros humanos se espalharam para o Oriente Médio, Ásia, Austrália e Europa.¹¹ Assim como os ratos trocadores, os humanos armazenavam, guardavam e preservavam. Os registros dos primeiros humanos, embora conservados de forma imperfeita, incluem não apenas fósseis, como também artefatos, coisas criadas por pessoas (a palavra contém o seu próprio significado — *arte + fato* — um *artefato* é um fato feito por meio da arte). Juntos, artefatos e fósseis contam a história de como, há cerca de vinte mil anos, os seres humanos migraram para as Américas a partir da Ásia, quando, durante algum tempo, a ponta do Noroeste da América do Norte e a ponta do Nordeste da Ásia estavam conectadas por uma enorme massa de terra que avultava acima do nível do mar, possibilitando que os humanos e os animais transitassem entre o que agora são Rússia e Alasca, uma área de

cerca de mil quilômetros, até que a água subisse de novo e metade do mundo estivesse, mais uma vez, separada da outra metade.

Em 1492, 75 milhões de pessoas viviam nas Américas, tanto no Norte quanto no Sul.¹² Os habitantes de Cahokia, a maior cidade da América do Norte, localizada nas planícies inundadas do Mississippi, tinham construído praças gigantescas e edificações de barro, algumas tão grandes quanto as pirâmides do Egito. Por volta do ano 1000 d.C., antes de Cahokia ser abandonada, mais de dez mil pessoas viviam lá. Os astecas, incas e maias, enormes civilizações da Antiguidade, construíram cidades monumentais, produziram registros minuciosos, e deixaram calendários primorosamente precisos. A cidade asteca de Tenochtitlán, fundada em 1325, tinha uma população de pelo menos 250 mil pessoas, o que fazia dela uma das maiores cidades do mundo. Fora desses lugares, a maioria dos habitantes das Américas vivia em comunidades menores, coletando e caçando seu alimento. Boa parte era de agricultores, que cultivavam abóbora, milho e feijão, e também caçavam e pescavam. Eles criavam porcos e galinhas, mas nenhum animal de grande porte. Falavam centenas de línguas e praticavam muitas fés diferentes. A maioria não tinha uma linguagem escrita. Acreditavam em muitos deuses e na divindade dos animais e da própria terra.¹³ Os Taino moravam em aldeias que tinham de mil a duas mil pessoas, lideradas por um cacique. Eles pescavam e cultivavam a terra. Entravam em conflito com seus vizinhos. Decoravam seus corpos; pintavam-se de vermelho. Cantavam suas leis.¹⁴ Sabiam para onde iam os mortos.

Em 1492, cerca de 60 milhões de pessoas viviam na Europa, 15 milhões a menos do que as que viviam nas Américas. Elas viviam e eram governadas em vilarejos e aldeias, em cidades e estados, em reinos e impérios. Construíram magníficos castelos e cidades,

catedrais, templos e mesquitas, bibliotecas e universidades. A maior parte da população trabalhava na lavoura, em terrenos cercados, plantando alimentos e criando vacas, ovelhas e cabras. “Sede fecundos e multiplicai-vos; enchei a terra e dominai-a”, diz Deus a Adão e Eva no Gênesis, “governai sobre os peixes do mar e sobre as aves dos céus e sobre todo animal que anda sobre a terra.” Falavam e escreviam em dezenas de línguas. Registravam seus dogmas e parábolas religiosas em pergaminhos e livros de uma beleza deslumbrante. Eram católicos e protestantes, judeus e muçulmanos; por longos períodos, povos de diferentes credos conseguiram conviver em paz, e, depois, por outros longos períodos, não conseguiram mais. Sua fé era sua verdade, a palavra do seu Deus, revelada para o seu profeta, e, no caso dos cristãos, para o seu povo, por obra da palavra de Jesus — a boa-nova —, era seu Evangelho, por escrito.

Até 1492, a Europa era assolada pela fome e pela miséria. Depois de 1492, a vasta riqueza tomada das Américas pela Europa, extraída por meio dos trabalhos forçados dos africanos, deu novos poderes aos governos, o que contribuiu para a ascensão dos estados-nações.

Uma nação é um povo que compartilha de uma ancestralidade comum. Um estado é uma comunidade política, governada por leis. Um estado-nação é uma comunidade política, governada por leis que, pelo menos em teoria, unem um povo que compartilha de uma ancestralidade comum (uma maneira pela qual um estado-nação se forma é pelo expurgo violento de populações de ancestralidade diferente). À medida que os estados-nações foram surgindo, eles precisaram justificar a sua existência, algo que faziam contando histórias sobre as suas origens, amarrando direitinho diversos mitos, como se, por exemplo, todos na “nação inglesa” tivessem os mesmos

ancestrais, quando claramente não tinham. É muito comum que as histórias por trás da fundação de um estado-nação não passem de uma série de mitos com as costuras que ligam a nação ao estado muito bem escondidas.¹⁵

As origens dos Estados Unidos podem ser encontradas nessas costuras. Quando os Estados Unidos declararam sua independência em 1776, obviamente se tornaram um Estado, mas o que os transformou numa nação? A ficção de que o seu povo compartilhava um mesmo ancestral era claramente absurda; eles tinham vindo de todas as partes, e, tendo travado uma guerra contra a Inglaterra, a última coisa que eles queriam celebrar era a sua ascendência inglesa. Numa tentativa de resolver esse problema, os primeiros a contar a história dos Estados Unidos decidiram começar seus relatos pela viagem de Colombo, costurando 1776 em 1492. George Bancroft publicou sua *History of the United States from the Discovery of the American Continent to the Present* em 1834, quando a nação mal tinha completado meio século, um ovo que havia acabado de chocar. Ao começar por Colombo, Bancroft fez com que o país ficasse quase três séculos mais velho do que era, um pássaro maduro, coberto de penas. Bancroft não era apenas historiador; ele também era político: havia trabalhado no governo de três presidentes americanos, inclusive como secretário de Guerra durante a era da expansão territorial. Ele acreditava no destino manifesto, a ideia de que os Estados Unidos estavam fadados a dominar o continente de costa a costa, de Leste a Oeste. Para Bancroft, o destino da nação estava selado desde o dia em que Colombo zarpara seus navios. Ao dar um passado mais antigo aos americanos, ele pretendia fazer com que a fundação dos Estados Unidos parecesse algo inevitável e o seu crescimento, inexorável, uma vontade de Deus. Ele também queria

celebrar os Estados Unidos não como uma ramificação da Inglaterra, mas como uma nação pluralista e cosmopolita, com ancestrais espalhados por todo o mundo. “A França contribuiu para a sua independência”, ele observou, “a origem da língua que falamos nos leva até a Índia; nossa religião vem da Palestina; quanto aos hinos que cantamos em nossas igrejas, alguns foram ouvidos pela primeira vez na Itália, alguns, nos desertos da Arábia, alguns, nas margens do rio Eufrates; nossas artes vêm da Grécia; nossa jurisprudência, de Roma.”¹⁶

Apesar disso, as origens dos Estados Unidos datam de 1492 por outro motivo mais incômodo: as verdades fundadoras dessa nação foram forjadas num cadinho de violência, produtos de atrocidades, conquistas e carnificinas assombrosas, o assassinato de mundos. Pode-se dizer que a história dos Estados Unidos começa em 1492 porque o conceito de igualdade se originou de uma forte rejeição à ideia da desigualdade; o comprometimento com a liberdade emergiu de uma repulsa intensa à escravidão; e lutou-se pelo direito de se autogovernar usando espadas e, de forma ainda mais violenta, usando a caneta. Contra as invasões, as matanças e a escravidão, levantou-se uma pergunta urgente e eterna: “Com que direito?”

Começar uma história dos Estados Unidos em 1492 é levar a sério, e de forma solene, a ideia de que a própria América teve um começo. Mesmo assim, a história dos Estados Unidos está muito longe de abarcar uma fundação inevitável e uma expansão inexorável; é, como toda história, praticamente uma sucessão caótica de contingências e acidentes, de maravilhas e horrores, implausível, improvável e surpreendente.

Pra começar, quando se examinam as evidências, é um tanto surpreendente que tenham sido os europeus ocidentais, em 1492, e

não algum outro grupo de pessoas, em algum outro momento da história, que tenha atravessado um oceano e descoberto um mundo perdido. Realizar uma jornada como essa demandava conhecimento, capacidade e interesse. Os maias, cujo território se estendia de onde atualmente fica o México até a Costa Rica, conheciam o suficiente de astronomia para navegar pelo oceano desde, pelo menos, o ano de 300 d.C. O que eles não tinham, entretanto, eram barcos em condições de navegar no mar. Os gregos antigos dominavam a cartografia: Cláudio Ptolomeu, um astrônomo que viveu no século II, elaborou uma maneira de projetar a superfície do globo numa superfície plana com proporções muito próximas à perfeição. Porém, aos cristãos medievais, que rejeitaram os escritos dos gregos antigos por considerá-los pagãos, faltava muito desse conhecimento. Os chineses inventaram a bússola no século XI e possuíam excelentes embarcações. Antes de sua morte, em 1433, Zheng He, um explorador muçulmano e chinês, desbravou a costa da maior parte da Ásia e da África Oriental, comandando uma frota de duzentos navios e 27 mil marinheiros. Mas a China era o país mais rico do mundo e, por volta do fim do século XV, parou de autorizar viagens que extrapolassem os limites do Oceano Índico, baseando-se na teoria de que o resto do mundo era desinteressante e não valia a pena. Povos da África Ocidental navegaram tanto pela costa quanto pelos rios, dando origem a uma vasta rede de comércio interior; porém, ventos e correntes muito intensas impediram que rumassem para o Norte, e eles raramente se aventuravam em alto-mar. Muçulmanos do norte da África e do Oriente Médio, que nunca haviam descartado o conhecimento da Antiguidade e os cálculos de Ptolomeu, elaboraram mapas precisos e construíram embarcações robustas; porém, como dominavam o comércio no Mar Mediterrâneo, assim como o

comércio terrestre com a África, por ouro, e com a Ásia, por especiarias, não tinham muitos motivos para se aventurar além dali.¹⁷

Portanto, foi em parte motivados pelo desespero que os monarcas cristãos mais pobres e mais fracos da parte mais ocidental da Europa — lutavam contra os muçulmanos, cobiçando o monopólio mundial do comércio que os islâmicos detinham e ávidos por espalhar sua religião — começaram a procurar por rotas alternativas para a África e a Ásia que não passassem obrigatoriamente pelo Mar Mediterrâneo. Na metade do século XV, o Infante Dom Henrique, de Portugal, começou a enviar navios com a missão de contornar a costa ocidental da África. Enquanto iam construindo fortes pelo litoral e fundando colônias nas ilhas, eles começaram a fazer negócios com comerciantes africanos, comprando e vendendo escravos.

Colombo, um cidadão do movimentado porto mediterrâneo de Gênova, começou a servir como marinheiro em navios negreiros portugueses em 1482. Em 1484, na casa dos 30 anos de idade, ele apresentou ao rei de Portugal um projeto para chegar até a Ásia navegando para o oeste, atravessando o oceano. O rei convocou um painel de especialistas para examinar a proposta, mas, no fim das contas, eles a rejeitaram: Portugal estava concentrando esforços em suas expedições pela África Ocidental, e os especialistas do rei perceberam que Colombo havia subestimado muito a distância que teria de percorrer. Mais bem planejada foi a viagem de Bartolomeu Dias, um nobre português que, em 1487, contornou o ponto mais ao sul do continente africano, provando que era possível navegar pelo Oceano Atlântico até o Índico. Por que navegar para o oeste, atravessando o Atlântico, quando uma rota alternativa para chegar

até o Oriente já havia sido descoberta?

Depois disso, Colombo levou sua proposta para o rei e a rainha da Espanha, que a princípio a rejeitaram; estavam muito ocupados com suas guerras religiosas, exterminando grupos de sua população que tinham ancestrais e crenças diferentes das suas. No começo de 1492, depois que a última cidade muçulmana na Espanha caiu perante a coroa espanhola, Ferdinando e Isabel ordenaram que todos os judeus fossem expulsos de seus domínios e, confiantes de que sua implacável Inquisição havia livrado seu reino dos muçulmanos e dos judeus, dos hereges e dos pagãos, ordenaram que Colombo zarpassse em seus barcos para navegar, negociar e espalhar a fé cristã. Que ele fosse conquistar, mas que também produzisse o relato da conquista. Que contasse a verdade e a registrasse por escrito. Que mantivesse um diário.

* * *

ESCREVER UMA COISA não a torna verdade. Mas a história da verdade está conectada à história da escrita como um mastro está conectado a uma vela. A escrita foi inventada em três partes diferentes do mundo, em três momentos diferentes no tempo: por volta de 3.200 a.C., na Mesopotâmia, por volta de 1.100 a.C., na China, e por volta de 600 d.C. na Mesoamérica. Na história do mundo, a maioria das pessoas não sabia escrever ou, se sabia, não deixou nada escrito, o que é um dos motivos pelos quais os registros históricos são enlouquecedoramente injustos. Escrever algo é produzir um fóssil de um registro mental. Histórias são repletas de potencial e força; elas transbordam de significados, de verdades e mentiras, evasivas e honestidade. A palavra falada, em geral, tem muito mais peso e

urgência do que a escrita. Ao mesmo tempo, a maioria das palavras, assim que é falada, é esquecida, enquanto a escrita persiste, argumento levantado no começo do século XVII por um pastor inglês chamado Samuel Purchas. Purchas, que nunca havia se afastado mais de trezentos quilômetros de sua paróquia, estudou profundamente os relatos de viagem dos exploradores, uma vez que se propôs a escrever uma nova história do mundo.¹⁸ Analisando todas as diferenças entre pessoas das mais diversas idades e origens, de vários séculos e continentes, Purchas destacou algo que ele chamou de “vantagem literal”: a significância da escrita. “Pela escrita”, escreveu ele, “o homem parece se tornar imortal.”¹⁹

Um novo capítulo na história da verdade — crucial para o conceito de verdade sobre o qual um dia os Estados Unidos se posicionariam e declarariam sua independência — teve seu início na primeira viagem de Colombo. Se alguém em toda a história da humanidade teve uma “vantagem literal”, esse alguém foi Cristóvão Colombo. No Haiti, em outubro de 1492, debaixo de um sol escaldante, com dois de seus capitães como testemunhas, Colombo (de acordo com as anotações feitas por Las Casas) declarou que “tomaria, como de fato tomou, posse da tal ilha, em nome do rei e da rainha a quem servia”. E, em seguida, escreveu isso num papel.²⁰

Aquela atitude era, ao mesmo tempo, nova e estranha. Marco Polo, viajando pelo Oriente no século XIII, não havia reivindicado a China para Veneza; assim como Sir John Mandeville, viajando pelo Oriente Médio no século XIV, não havia tentando se apropriar da Pérsia, da Síria ou da Etiópia. Colombo tinha lido *As viagens* de Marco Polo e também as de Mandeville; ele supostamente levava esses livros consigo em suas viagens.²¹ Ao contrário de Polo e de Mandeville, Colombo não produziu um catálogo dos costumes e

crenças das pessoas que encontrou (só mais tarde ele contrataria Pané para fazer isso). Em vez disso, decidiu que as pessoas que havia encontrado não tinham costumes nem crenças. Ele interpretava cada diferença como uma ausência.²² Alegando que eles não tinham uma fé nem um governo civil, e eram, portanto, infiéis e selvagens que não tinham direito de posse sobre coisa alguma, Colombo reivindicou a posse de sua terra por meio do ato da escrita. Eles eram um povo sem verdade; ele fazia com que a sua verdade fosse também a verdade deles. E lhes diria para onde os mortos vão.

Colombo também tinha esta diferença em relação a Marco Polo e Mandeville: ele fez suas viagens pouco tempo depois que Johannes Gutenberg, um ferreiro alemão, inventou a prensa móvel. A imprensa acelerou a difusão do conhecimento e amplificou o registro histórico: coisas que são impressas têm muito mais chances de durar do que coisas que são simplesmente anotadas, uma vez que a prensa produz muitas cópias. Os dois homens eram frequentemente citados juntos. “Duas coisas que eu sempre achei que deveriam ser comparadas não apenas com a Antiguidade, como também com a imortalidade”, escreveu um filósofo francês do século XVI, “[são] a invenção da prensa móvel e a descoberta do novo mundo.”²³ Colombo ampliou o mundo, Gutemberg o fez girar mais depressa.

Porém, o próprio Colombo não considerava as terras que havia visitado um novo mundo. Ele achava que havia apenas encontrado uma nova rota para o velho mundo. Foi Américo Vespúcio, o filho aventureiro de um tabelião de Florença, na Itália, quem atravessou o oceano em 1503 e escreveu sobre as terras que encontrou: “Podemos chamá-las, certamente, de um novo mundo.” O relato que Vespúcio levou para casa foi logo publicado no formato de um livro chamado *Mundus novus*, traduzido para oito idiomas e publicado em sessenta

edições diferentes. O que Vespúcio relatou ter descoberto era bastante difícil de acreditar. “Encontrei um continente mais densamente povoado e mais abundante em animais do que a Europa, a Ásia ou a África”, escreveu ele.²⁴ Parecia o Jardim do Éden, um lugar com o qual só se sonhava até então. Em 1516, Thomas More, um conselheiro do rei Henrique VIII, da Inglaterra, publicou o relato ficcional de um marinheiro português num dos navios de Vespúcio que teria navegado um pouco mais além, até uma ilha onde descobriu uma república perfeita, chamada Utopia (literalmente, um lugar irreal) — a ilha de lugar nenhum.²⁵

O que representava encontrar um lugar onde lugar nenhum deveria estar? O mundo, havia muito tempo, parecia estar dividido em três partes. No século VII, o arcebispo Isidoro de Sevilha, quando confeccionou sua enciclopédia chamada *Etymologiae*, que circulou principalmente em manuscritos — cerca de mil cópias escritas à mão sobreviveram aos dias de hoje —, desenhou o mundo como um círculo cercado por oceanos e dividido por mares em três continentes (Ásia, Europa e África), povoados pelos descendentes dos três filhos de Noé (Sem, Jafé e Cam). Em 1472, *Etymologiae* se tornou um dos primeiros livros a serem impressos, e o mapa do arcebispo virou o primeiro mapa impresso da história.²⁶ Vinte anos depois, estava obsoleto.

A descoberta de que lugar algum era algum lugar significava mais trabalho para os cartógrafos, que praticavam uma modalidade de escrita igualmente capaz de reivindicar verdades e posses. Em 1507, Martin Waldseemüller, um cartógrafo alemão que vivia no norte da França e tinha em suas mãos uma tradução para o francês de *Mundus novus*, entalhou em doze blocos de madeira um novo mapa do mundo, o *Universalis cosmographia*, e imprimiu mais de mil

cópias. As pessoas montavam as imagens juntas, colando-as numa parede para formar um mapa gigante, de 1,20 metro de altura por 2,5 de largura. Papel de parede desbota e se desfaz: apenas uma única cópia do mapa de Waldseemüller sobreviveu. Mas uma palavra naquele mapa há muito perdido durou bem mais do que qualquer outra coisa que Waldseemüller tenha escrito. Como uma homenagem a Vespúcio, Waldseemüller inventou uma palavra, e deu à quarta parte do mundo, aquela utopia desconhecida, um nome: ele a chamou de “América”.²⁷



A ilustração feita originalmente por Isidoro de Sevilha no século VII tornou-se, em 1472, o primeiro mapa impresso do mundo; vinte anos depois, estava obsoleto. (Biblioteca Britânica, Londres, GB, © British Library Board. Todos os direitos reservados / Bridgeman Images.)

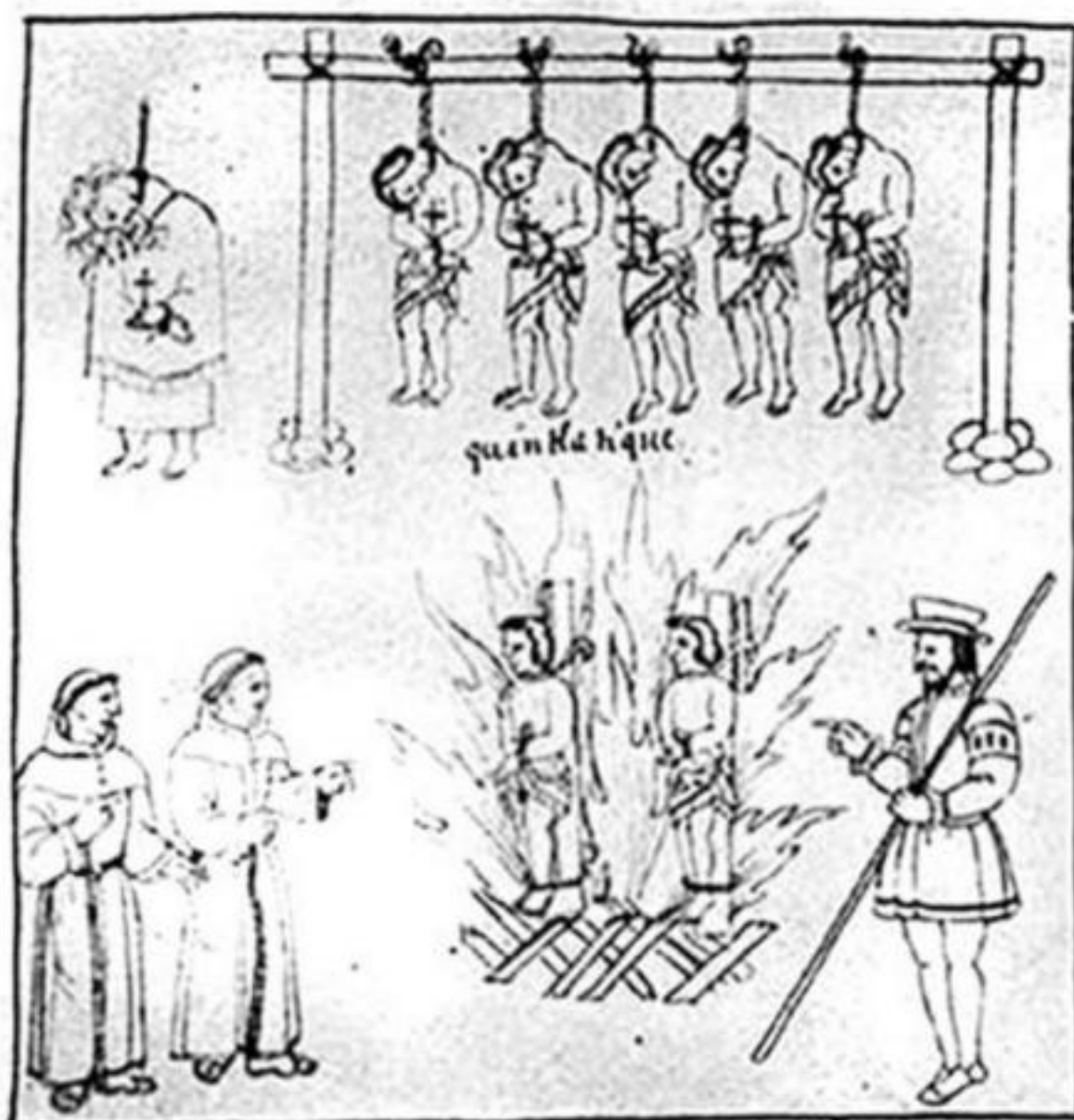
O nome emplacou por puro acaso. Muitas outras coisas não permaneceram. A história dos Taino sobre a caverna, a história dos

Iroquês sobre a tartaruga, a história dos Akan sobre a mulher com o pilão, a história do Velho Testamento sobre Adão e Eva — essas histórias seriam desconhecidas, ou pouco conhecidas, caso não tivessem sido escritas ou registradas. O fato de terem sobrevivido teve um impacto. A Modernidade se iniciou quando as pessoas que brigavam para saber qual dessas histórias era a verdade começaram a pensar diferente sobre a natureza da verdade, sobre a natureza do passado, e sobre a natureza da lei.

II.

EM 1493, QUANDO COLOMBO retornou de sua viagem inimaginável, um papa de origem espanhola declarou pertencentes à Espanha todas as terras do outro lado do oceano, tudo a oeste de uma linha de longitude a quinhentos quilômetros a oeste de Cabo Verde. Tudo o que ficava a leste dessa linha, a África Ocidental, pertenceria a Portugal. O papa concedeu a si próprio a autoridade de dividir terras habitadas por milhões de pessoas, como se fosse o próprio Deus do Gênesis. Como não é de se estranhar, os líderes da Inglaterra, França e Holanda consideraram aquele pronunciamento do papa um absurdo. “O sol nasce para mim tanto quanto para os outros”, disse o rei da França. “Eu gostaria de ver a cláusula no testamento de Adão que exclui de mim uma parcela do mundo.”²⁸ A reivindicação espanhola também não passou despercebida do outro lado do mundo. Um Taino disse a Guaticabanú que os espanhóis “eram perversos e tinham tomado sua terra à força”.²⁹ Guaticabanú falou sobre aquilo com Ramón Pané, que tomou nota. Ferdinando Colombo fez uma cópia. Assim como o intelectual naquela prisão em Veneza. Foi como se aquele Taino tivesse baixado de seu telhado

uma cabaça contendo os ossos de seu filho e, ao abri-la, tivesse dado origem a um oceano de ideias. Fazia parte do processo da conquista fingir que o oceano poderia ser colocado de volta dentro daquela cabaça.



*Justicia pende que a se de cinco crucifijos muy gran de las culpas
una mujer santa de aquella ciudad de Espana conaron a
prolacion de los demas hijos de su madre que murieron por su madre
por su madre y su padre de las que se guardan en el museo de la Universidad de*

Artistas que trabalhavam para Diego Muñoz Camargo, um mestiço do século XVI, ilustraram os castigos infligidos pelos espanhóis aos nativos convertidos que depois abandonavam o Cristianismo. (Biblioteca da Universidade de Glasgow, Escócia / Bridgeman Images.)

Como um oceano de ideias não cabia dentro de uma cabaça, tanto

os povos na Europa quanto nas Américas se esforçavam para entender aquilo e se perguntavam como lidariam com as diferenças e semelhanças. Eles fizeram perguntas novas e foram mais incisivos refazendo perguntas antigas: Todos os povos são um só? E se forem, com que direito um povo pode tomar a terra de outro, sua força de trabalho ou até mesmo a sua vida?

Qualquer ponderação histórica envolvendo essas perguntas deve começar pelos números. Entre 1500 e 1800, cerca de 2,5 milhões de europeus se mudaram para as Américas; eles arrastaram 12 milhões de africanos consigo, à força; e cerca de 50 milhões de indígenas americanos morreram, majoritariamente por conta de doenças.³⁰ A Europa tem uma área de cerca de 10 milhões de quilômetros quadrados; as Américas, uma área de mais de 50 milhões de quilômetros quadrados. Por séculos, a geografia restringiu o crescimento demográfico e econômico da Europa; essa era chegou ao fim quando os europeus reivindicaram terras cinco vezes maiores do que o seu continente. Tomando posse das Américas, os europeus ficaram com terras em abundância; isso acabou com a fome e levou a quatro séculos de crescimento econômico, um crescimento sem precedentes, que muitos europeus viam como uma evidência das bênçãos de Deus. Um espanhol, escrevendo da Nova Espanha para o seu irmão, em Valladolid, em 1592, disse: “Esta terra é tão boa quanto a nossa, pois Deus nos deu mais aqui do que lá, e enriqueceremos.”³¹ Até mesmo os pobres prosperaram.

As riquezas que os europeus extraíram das Américas possibilitaram a ascensão do capitalismo: novas modalidades de negócios, investimentos e lucros. Só entre 1500 e 1600, os europeus tiraram das Américas por volta de 200 toneladas de ouro e 6 mil toneladas de prata de forma oficial; um volume muito maior foi

contrabandeado. “A descoberta da América e da passagem para as Índias Orientais através do Cabo da Boa Esperança são os dois maiores e mais importantes acontecimentos registrados na história da humanidade”, escreveu Adam Smith em *A riqueza das nações*, em 1776. Mas as viagens de Colombo e de Dias marcaram também uma virada no desenvolvimento de um outro sistema econômico, a escravidão: as riquezas das Américas fluíram em direção à Europa graças ao trabalho forçado dos africanos.³²

A escravidão foi praticada durante séculos, em diversas partes do mundo. Povos antigos tinham a tendência de escravizar seus inimigos, povos que eles consideravam diferentes o bastante de si mesmos para que fossem condenados a uma vida inteira de servidão. Algumas vezes, embora isso não fosse comum, a condição de escravidão era hereditária: os filhos dos escravos também estavam condenados a uma vida de escravidão. Muitas guerras ocorriam por causa da religião, e, como muitos escravos eram prisioneiros de guerra, escravos e senhores quase sempre eram povos com crenças distintas: cristãos escravizaram judeus; muçulmanos escravizaram cristãos; cristãos escravizaram muçulmanos. Desde a Idade Média, comerciantes muçulmanos do Norte da África compravam e vendiam integrantes dos povos que viviam ao Sul do Saara, onde a escravidão era uma prática comum. Na maior parte da África, era a mão de obra, e não a terra, que constituía a única forma de propriedade reconhecida por lei, uma forma de consolidar riqueza e gerar renda, o que significava que os Estados africanos eram, geralmente, pequenos, e que, enquanto as guerras europeias eram travadas por terra, as africanas eram disputas pela mão de obra. Pessoas capturadas nas guerras africanas eram comumente negociadas em enormes mercados por comerciantes, oficiais e reis locais, e, a partir

da década 1450, também por navegadores portugueses.³³

Colombo, veterano nesse ramo do comércio, escreveu a Ferdinando e Isabela em 1492 dizendo que seria muito fácil escravizar o povo do Haiti, uma vez que, “com cinquenta homens, todos poderiam ser subjugados e obrigados a fazer qualquer coisa que se queira”.³⁴ Os espanhóis fizeram com que os nativos que escravizaram trabalhassem até a morte na produção do açúcar e na mineração do ouro, enquanto muitos outros iam morrendo de doenças. Logo, eles se voltaram a uma nova fonte de trabalhos forçados: os africanos que eram vendidos pelos portugueses.

Ao fazer as contas e examinar os registros das cargas que transportavam em cada navio, os europeus ficaram perplexos com uma extraordinária assimetria. Pessoas se transferiam da Europa e da África para as Américas; a riqueza se transferia das Américas para a Europa; e animais e plantas se transferiam da Europa para as Américas. Mas muito poucas pessoas, animais ou plantas se transferiam das Américas para a Europa ou para a África — pelo menos não com sucesso. “Parece que existe algum tipo de barreira invisível que impede as movimentações do oeste para o leste, embora permita o trânsito no sentido contrário”, escreveria, mais tarde, um botânico.³⁵ A migração humana num só sentido tinha uma explicação óbvia: as pessoas que controlavam os navios transportavam muito mais gente para o oeste do que na direção contrária, levando soldados e missionários, colonos e escravos. Entretanto, até as atordoantes descobertas de Darwin e da teoria microbiana das doenças, no final do século XIX, a migração de mão única de animais e plantas foi, durante séculos, explicada somente pela crença na divina providência: os cristãos a viam como sinal de que suas conquistas faziam a vontade de Deus.

Havia sinais em abundância. Quando Colombo fez uma segunda viagem atravessando o oceano em 1493, comandou uma frota de dezessete navios que transportavam trezentos homens, e também um outro tipo de exército: sementes e mudas de trigo, grão-de-bico, melões, cebolas, rabanetes, verduras, videiras e cana-de-açúcar, além de cavalos, porcos, vacas, galinhas, ovelhas e cabras, machos e fêmeas, aos pares. Escondidas entre os homens, plantas e animais, havia sementes clandestinas, presas na pele dos bichos, enfiadas nas dobras das capas e cobertores, ou dentro de torrões de barro. A maior parte dessas sementes eram de plantas que os europeus consideravam ervas daninhas, como as poas, margaridas, cardos, urtigas, samambaias e dentes-de-leão. Esse tipo de planta costuma crescer melhor em solo revirado, e nada revira melhor o solo do que um exército de homens derrubando florestas atrás de madeira e combustível, e revolvendo o chão com suas botas e os cascos de seus cavalos e seus outros animais. Os animais comem a grama; as pessoas comem os animais: os animais transformam a grama em alimento para os seres humanos. Os animais que os europeus trouxeram para o Novo Mundo — bois, porcos, cabras, ovelhas, galinhas e cavalos — não tinham predadores naturais nas Américas e, ainda por cima, tinham uma farta oferta de alimentos. Eles se reproduziram numa velocidade que seria impensável na Europa. Os rebanhos bovinos duplicavam a cada quinze meses. Nada, entretanto, conseguia superar os porcos. Os porcos convertem um quinto de tudo o que comem em alimento para o consumo humano (o gado bovino, por contraste, converte um vigésimo); eles se alimentavam por conta própria, comendo tudo o que encontravam pela frente, e tinham ninhadas de dez ou mais filhotes. Poucos anos após a segunda viagem de Colombo, os oito porcos que ele trouxera

tinham produzido descendentes na casa dos milhares. Um observador escreveu: “Todas as colinas estão infestadas deles.”³⁶

Enquanto isso, os povos do Novo Mundo morriam às centenas. Morriam aos milhares, às dezenas de milhares, às centenas de milhares, às dezenas de milhões. O isolamento das Américas do resto do mundo por centenas de milhões de anos significava que as doenças para as quais os europeus e africanos haviam desenvolvido defesas imunológicas ao longo dos milênios eram inteiramente novas para seus nativos. Os navios europeus, com suas multidões de pessoas, animais e plantas, trouxeram batalhões invisíveis de doenças: varíola, sarampo, difteria, tracoma, coqueluche, catapora, peste bubônica, malária, febre tifoide, febre amarela, dengue, escarlatina, amebíase e gripe, doenças que tinham evoluído junto com os seres humanos e os animais que eles domesticaram, que viviam em povoados fixos de alta densidade — cidades — onde os dejetos de ambos alimentavam pragas como ratos, camundongos e baratas. A maioria dos povos indígenas das Américas, por sua vez, não vivia em povoados densos, e mesmo aqueles que viviam em aldeias costumavam migrar de acordo com as estações, desmontando suas cidades e reconstruindo-as em algum outro lugar. Eles não acumulavam lixo nem viviam em multidões. Sofriam de pouquíssimas doenças infecciosas. Os europeus, expostos às doenças por milhares de anos, tinham desenvolvido um sistema imunológico vigoroso e anticorpos específicos para bactérias às quais ninguém no Novo Mundo jamais havia sido exposto.

As consequências disso foram catastróficas. De cada cem pessoas expostas pela primeira vez ao vírus da varíola, praticamente todas se infectavam, e algo entre 25 e 33 morriam. Antes de morrer, contaminavam muito mais gente: o período de incubação da varíola

vai de dez a quatorze dias, o que significava que as pessoas que ainda não apresentavam sintomas costumavam fugir, levando a doença o mais longe que conseguiam antes de sucumbir. Parte das pessoas infectadas pela varíola poderia ter se curado se tivesse sido tratada, mas, quando uma em cada três pessoas ficou doente, e muitas começaram a fugir, não sobrou ninguém para cuidar dos doentes, que morreram de sede, tristeza e solidão.³⁷ E morreram, também, por tortura: já enfraquecidas pela doença, elas eram obrigadas a trabalhar até a morte, enquanto outras morriam de fome. Nas ilhas do Caribe, um número tão grande de nativos morreu tão depressa que os espanhóis logo decidiram conquistar mais territórios, em parte para conseguir mais prisioneiros para trabalhar como escravos em suas minas de ouro e prata.

Os conquistadores espanhóis puseram seus pés na América do Norte pela primeira vez em 1513; em questão de décadas, a Nova Espanha se estendeu não apenas por toda a região que viria a ser o México, como também por mais de metade da área do que viria a se tornar os Estados Unidos, um território que ia, de Leste a Oeste, da Flórida até a Califórnia, e se expandia até o Norte na altura da Virgínia, na costa atlântica, e do Canadá, na costa pacífica.³⁸ As doenças se espalharam antes dos invasores espanhóis, devastando extensos territórios no continente. Tornou-se um lugar-comum quase inescapável, primeiro entre os espanhóis, e depois também entre os franceses, holandeses e ingleses, enxergar a sua própria prosperidade e boa saúde em contraste com as terríveis doenças sofridas pelos nativos como sinais de Deus. “Após tomar contato com esses selvagens, existe algo que eu não posso omitir do meu relato”, escreveu um colonizador francês: “parece evidente tratar-se do desejo de Deus que eles entreguem suas terras a novos povos.” A morte

convenceu-os de uma vez por todas dos seus direitos e da verdade de sua fé. “Os nativos estão todos morrendo de varíola”, escreveu John Winthrop quando chegou à Nova Inglaterra em 1630: “o Senhor é quem está nos concedendo o título sobre o que possuímos.”³⁹

Os europeus estavam sempre procurando por sinais proféticos do seu Deus porque, sem isso, seus títulos de posse sobre as terras e seus direitos de escravizar outros povos encontravam muito pouco embasamento nas leis dos homens. Isso frequentemente os fazia pausar suas atividades. Em 1504, o rei da Espanha reuniu um grupo de intelectuais e juristas para que decidissem se a conquista do Novo Mundo “estava de acordo com as leis humanas e divinas”. O debate se concentrava em duas questões: Os nativos eram os donos de sua própria terra (isto é, possuíam “domínio”); e eram capazes de governar a si mesmos (isto é, possuíam “soberania”)? Para responder a essas perguntas, os conselheiros do rei se voltaram para a filosofia da Antiguidade.

De acordo com a lei romana, o governo existe para administrar as relações de propriedade, argumentaram os ministros do rei, e, uma vez que, de acordo com Colombo, os nativos não tinham governo, eles não tinham propriedade, e, portanto, não possuíam domínio. Em relação à soberania, os ministros do rei recorreram à *Política*, de Aristóteles. “Que alguns governem e outros sejam governados não é apenas algo necessário, como também conveniente”, escreveu Aristóteles. “Desde a hora do seu nascimento, alguns são marcados para serem governados, e outros, para governar.” Todas as relações são relações de hierarquia, de acordo com Aristóteles: a alma domina o corpo, os homens dominam os animais, os machos dominam as fêmeas, os senhores dominam os escravos. A escravidão, para Aristóteles, não era uma questão legal, mas uma questão da natureza:

“aquele que, por natureza, não é dominado por si próprio, mas por outro homem, é um escravo por natureza; e pode-se dizer que ele é o homem de uma outra pessoa, e que, mesmo sendo um ser humano, também é uma propriedade.” Aqueles que são propriedades por natureza são os que têm uma capacidade inferior de raciocínio; essas pessoas são “escravos por natureza”, escreveu Aristóteles, “e é melhor para eles, bem como para todos os seres inferiores, que estejam sob o domínio de um mestre”.⁴⁰

O rei ficou satisfeito: os nativos não eram donos de suas terras e, por natureza, eram escravos. A conquista prosseguiu. Do outro lado do oceano, porém, uma trombeta de protesto soou em cima de um púlpito. Em dezembro de 1511, no quarto Domingo do Advento, Antonio de Montesinos, um padre dominicano, proferiu um sermão numa igreja em Hispaniola. Discordando dos conselheiros do rei, ele disse que os conquistadores estavam cometendo crimes incomensuráveis. “Digam-me, baseados em que lei ou direito vocês mantêm esses índios em tão cruel e horrível serventia? Com que direito vocês promovem guerras tão abomináveis contra essas pessoas que viviam tranquilamente e em paz em suas próprias terras, nas quais vocês consumiram vidas incontáveis com carnificinas e devastações nunca antes vistas?” E, por fim, perguntou: “Não são eles homens?”⁴¹



Um artista asteca retratou os conquistadores espanhóis, comandados por Cortés, invadindo o México.

Esse protesto deu origem a uma decisão desagradável em 1513: os conquistadores seriam obrigados a ler em voz alta, a qualquer um que se propusessem subjugar e escravizar, um documento chamado *Requerimiento*. Era um resumo da história do mundo, da criação à conquista, uma história das origens como justificativa para a violência.

“Deus nosso Senhor, Vivo e Eterno, criou o Céu e a Terra, e um homem e uma mulher, dos quais vós e nós, e todos os homens do mundo, foram e são descendentes, bem como todos aqueles que vierem depois de nós”, começa o documento. Ele pede que qualquer pessoa para quem o documento estivesse sendo lido “aceite a Igreja

como Senhora e Superiora de todo o mundo, e o sumo sacerdote chamado de Papa, e, em seu nome, o Rei e a Rainha.” Se os nativos aceitassem a narrativa do Gênesis e a alegação de que aqueles monarcas distantes tinham o direito de governá-los, os espanhóis prometiam que “nós, em seu nome, os receberemos com todo o amor e caridade, e deixaremos a vós e a vossas esposas e a vossos filhos e a vossas terras livres da servidão”. Mas, se os nativos rejeitassem aquelas verdades, os espanhóis advertiam: “entraremos à força em suas terras e promoveremos guerras contra vocês de todas as formas e maneiras possíveis, e os subteremos ao jugo e à obediência à Igreja e a Suas Altezas; e tomaremos a vocês e a suas esposas e filhos, e faremos deles seus escravos.”⁴²

Com o *Requerimiento* em mãos, com suas promessas de amor e caridade e suas ameaças de morte e devastação, os espanhóis partiram em marcha pelo continente norte-americano. Em 1519, determinado a atingir os píncaros da glória, Hernan Cortés, prefeito de Santiago de Cuba, liderou um exército de seiscentos espanhóis e mais de mil aliados nativos que atravessou o continente levando consigo quinze canhões. No México, ele conquistou Tenochtitlán, uma cidade supostamente maior do que Paris ou Roma, e a destruiu sem perdão ou remorso. Seus homens incendiaram as bibliotecas astecas, com seus livros de canções e suas histórias escritas, uma destruição relatada nas poucas *icnocuicatl*, ou canções de lamento, que sobreviveram. Uma delas começa assim:

*Lanças quebradas jogadas nas ruas;
arrancamos nossos cabelos de tristeza.
As casas agora não têm telhados, e suas paredes
estão vermelhas de sangue.*⁴³

Em 1540, um jovem nobre chamado Francisco Vásquez de Coronado comandou um exército de espanhóis que atravessou o continente em busca de uma cidade fabulosa feita de ouro. No lugar que é agora o Novo México, eles encontraram um aglomerado de prédios residenciais feitos de barro cozido, o tipo de cidade que os espanhóis chamavam de *pueblo*. Diligentemente, Coronado começou a ler o *Requerimiento* em voz alta. Os Zuni ficaram escutando um homem falar numa língua que eles não teriam como compreender. “Eles usavam vestes de ferro e cocares de metal, e empunhavam como armas pequenas bengalas que cuspiam fogo e faziam trovão”, disseram os Zuni, mais tarde, sobre os homens de Coronado. Os guerreiros Zuni despejaram fubá no chão e fizeram gestos para os espanhóis, alertando que eles não se atrevessem a cruzar aquela linha. Uma batalha começou. Os Zuni, lutando com flechas, foram arrasados pelos espanhóis, que possuíam armas de fogo.⁴⁴

O ritmo da conquista seguiu intenso, bem como o do debate, enquanto as linhas que separavam os povos das Américas, África e Europa iam ficando cada vez mais borradas. Os espanhóis, diferentemente dos colonizadores ingleses, que vieram depois, não viajavam para o Novo Mundo com suas famílias, ou mesmo suas mulheres: eles vinham em exércitos de homens. Raptavam e estupravam mulheres, e se apaixonavam por elas, casavam e constituíam famílias. La Malinche, uma mulher Nahuatl que foi oferecida a Cortés como escrava e acabou se tornando sua intérprete, teve um filho com ele, nascido por volta de 1523, o pesado símbolo de uma união catastrófica. Na maior parte da Nova Espanha, os filhos dos espanhóis com mulheres índias, conhecidos como mestiços, eram mais numerosos do que os próprios índios; um complexo sistema de castas classificava os tons de cor de pele,

misturas de europeus, nativos americanos e africanos, como se fossem tinturas feitas com plantas, o amarelo do sassafrás, o vermelho da beterraba, o negro da alfarroba. Mais tarde, os ingleses reconheceriam apenas o preto e o branco, a fantasia de uma diferença extrema e impossível, de noites sem crepúsculo e dias sem alvorada. E mesmo assim, nos dois regimes raciais, numa cultura de miscigenação ou numa cultura que finge que isso não existe, na cabeça de qualquer pessoa minimamente curiosa persiste uma pergunta da mais básica humanidade: Seriam todos os povos um só?

Bartolomeu de Las Casas estava em Hispaniola como colonizador, em 1511, quando Montesinos fez sua pregação perguntando: “Não são eles homens?” Abalado, ele abriu mão de seus escravos e se tornou um padre e um estudioso, um historiador da era das conquistas, o que o levou, mais tarde, a copiar partes do diário de Colombo e das *Antiguidades* de Pané. Em 1542, Las Casas escreveu um livro chamado *Brevísima relación de la destrucción de las Indias*, que retratava a história não como justificativa, mas como um protesto da consciência. Com o fervor de um homem arrasado pelo peso de sua própria culpa, ele pergunta: “Que homem de mente sã aprovaria uma guerra contra um povo que é inofensivo, ignorante, de temperamento dócil, desarmado e destituído de qualquer tipo de mecanismo de defesa humano?”⁴⁵ Oito anos depois, um novo rei espanhol convidou Las Casas e outros intelectuais para sua corte, na cidade das telhas de barro de Valladolid, para um novo debate. Seriam os povos nativos do Novo Mundo bárbaros que violaram as leis da natureza ao, por exemplo, praticar o canibalismo, caso no qual seria perfeitamente legítimo declarar guerra a eles? Ou seriam inocentes de tais infrações, caso no qual essa guerra seria ilegítima?



Castas mexicanas, pinturas representando as dezesseis possibilidades de miscigenação entre homens e mulheres indígenas, espanhóis e africanos, e seus filhos. (Museo Nacional del Virreinato, Tepotzolan, México / Cortesia de Schalkwijk / Art Resource, NY.)

Las Casas argumentou que a conquista era ilegítima, declarando que as acusações de canibalismo eram “pura ficção desavergonhada”.

O argumento contrário foi feito por Juan Ginés de Sepúlveda, historiador da realeza espanhola, que nunca havia pisado no Novo Mundo. Tradutor de Aristóteles, Sepúlveda evocou sua teoria da escravidão natural. Ele disse que a diferença entre os nativos e os espanhóis era equivalente à que existia “entre macacos e homens”. E perguntou: “Como vamos questionar se essas pessoas, tão incultas, tão bárbaras, e tão contaminadas por tamanha impiedade e indecência, foram ou não subjugadas de forma justa?”⁴⁶

Os juízes, divididos, não foram capazes de emitir uma decisão. A conquista prosseguiu. Lanças quebradas seguiram fazendo barulho ao cair no chão, e as paredes continuaram a ser pintadas de sangue.

III.

COM RELAÇÃO A TUDO ISSO, os ingleses chegaram incrivelmente tarde. Os espanhóis haviam se assentado em Saint Augustine, na Flórida, em 1565, e por volta de 1607 estavam construindo com adobe a cidade de Santa Fé, a mais de 3 mil quilômetros dali. Os franceses, que fizeram suas primeiras viagens em 1534, estavam construindo em 1608 o que se tornaria a cidade de pedra de Quebec, um castelo no topo de um monte. Os ingleses mandaram John Cabot atravessar o Atlântico em 1497, mas ele desapareceu em sua viagem de volta e nunca mais foi visto, e os ingleses sequer perderam muito tempo pensando em enviar alguém atrás dele. A palavra “colônia” nem mesmo fazia parte da língua inglesa até a década de 1550. E, muito embora a Inglaterra patrocinasse companhias comerciais — a Companhia de Moscúvia em 1555, a Companhia da Turquia, em 1581, e a Companhia das Índias Orientais, em 1600 —, todas eram voltadas para o Oriente, e nenhuma para o ocidente. Quando o

assunto era a América, a Inglaterra hesitava.

Em 1584, Elizabeth, a impetuosa e determinada rainha da Inglaterra, perguntou a um de seus conselheiros mais sagazes, Richard Hakluyt, se ela deveria fundar suas próprias colônias nas Américas. Elizabeth tinha em mente a Espanha e suas idolatrias, suas crueldades, suas vastas riquezas e sua tirania. Quando Elizabeth começou a olhar para o Oeste pelo oceano, a angustiante história da conquista escrita por Las Casas já havia sido traduzida para o inglês havia muito tempo, ricamente ilustrada por gravuras mostrando atrocidades, em geral publicada sob o título *Crueldades espanholas*, e, mais tarde, *As lágrimas dos índios*. Os ingleses tinham aprendido a acreditar — como se fosse um artigo de fé, uma maneira de pertencer à “Nação Inglesa” — que eles eram mais nobres do que os espanhóis: mais justos, mais sábios, mais gentis e comprometidos com a liberdade. “Os espanhóis governam nas Índias à base de arrogância e tirania”, lembrou Hakluyt à sua rainha, e, como aconteceria com qualquer povo feito escravo, os nativos “berram e urram em uníssono *Liberta, liberta*”.⁴⁷ A Inglaterra poderia libertá-los.



Elizabeth põe sua mão em cima de um globo, reivindicando a posse sobre a América do Norte.

A visão que a Inglaterra tinha de si própria, como uma terra de liberdade, foi a maneira com que a história da nação inglesa foi amarrada à história do Estado inglês. Os espanhóis eram católicos, mas, enquanto os conquistadores estavam construindo uma Nova Espanha, os ingleses se tornaram protestantes. Na década de 1530, Henrique VIII fundou a Igreja Anglicana, separando-se afrontosamente da Igreja de Roma. Ocupada com assuntos religiosos e domésticos, a Inglaterra aventurou-se de forma totalmente empírica em direção ao Novo Mundo. Quando Henrique VIII morreu, em 1547, seu filho Eduardo se tornou rei, mas, em 1552, ele desenvolveu uma doença terminal. Para evitar que sua meia-irmã,

Maria, que era católica, ascendesse ao trono, Eduardo nomeou como sucessora sua prima, *lady* Joana Grey. Porém, quando Eduardo morreu, Maria usurpou o trono, mandou decapitar Joana e tornou-se a primeira rainha a governar a Inglaterra. Ela tentou restaurar o Catolicismo e perseguiu dissidentes religiosos, cerca de trezentos dos quais foram queimados em fogueiras. Protestantes que se opunham às suas posições no campo religioso decidiram argumentar que ela não teria o direito de reinar por ser uma mulher, alegando que era uma “subversão da boa ordem” que o fraco governasse o forte. Outros protestantes críticos a Maria reclamaram que seu reinado seria um castigo de Deus, que “prontamente pôs para nos reger uma mulher, que a natureza criou para ser subjugada pelo homem”. Os defensores católicos de Maria, enquanto isso, argumentaram que, do ponto de vista político, Maria era um homem, “um príncipe do sexo feminino”.

Quando Maria morreu, em 1558, ela foi sucedida por Elizabeth, uma protestante, e os simpatizantes de Maria, que tentaram questionar o direito que Elizabeth tinha de reinar, se viram obrigados a combater os seus próprios argumentos. Eles não podiam argumentar que Elizabeth não poderia reinar por ser uma mulher, pois no passado haviam alegado que o gênero de Maria não era um impeditivo para que ela assumisse o trono. O debate entrou em um novo território, e diversos conceitos ingleses sobre a natureza do governo foram esclarecidos. O principal defensor de Elizabeth argumentou que, se Deus decidiu que “uma mulher deve reinar e governar”, não importava que essa mulher fosse “frágil por natureza, débil de corpo, mole de temperamento”, pois Deus fortalece todo aquele que é soberano por direito. Em todo caso, a Constituição da Inglaterra admitia a possibilidade de um “governo misto”, no qual a autoridade do monarca era contrabalanceada pelo poder do

Parlamento; além disso, “não é ela quem governa, mas as leis”. A própria Elizabeth evocou ainda uma outra autoridade: a vontade do povo.⁴⁸ Uma Constituição mista, o império da lei, a vontade popular: esses são ideais ingleses que, um dia, os americanos tomaram para si, ao gritar “Liberdade!”.

Elizabeth estava monitorando a Espanha, que havia travado guerras com a Inglaterra, com a França e com uma Holanda insurgente (os holandeses só foram conquistar sua independência da Espanha em 1609). A rainha decidiu competir com a Espanha em todas as áreas. No tocante à fundação de colônias nas Américas, Hakluyt enviou a Elizabeth um relatório intitulado “Tratado particular abrangendo a grande urgência das descobertas ocidentais recentes e a abundância das matérias-primas que podem vir a enriquecer o Reino da Inglaterra”. A medida da animosidade que a rainha nutria pela Espanha é lindamente ilustrada pelo título de um relatório enviado por outro conselheiro na mesma época: “Tratado sobre como Vossa Majestade pode irritar o Rei da Espanha”.⁴⁹

Hakluyt achava que tinha chegado a hora de a Inglaterra fazer algo além de simplesmente atacar os navios espanhóis. Estabelecer colônias “será excelente para a expansão do Evangelho de Cristo”, prometeu ele, e “nos trará todas as matérias-primas da Europa, África e Ásia.” E se a rainha da Inglaterra começasse a fundar colônias no Novo Mundo, logo correriam as notícias de que os ingleses “tratam a população local com toda a humanidade, cortesia e liberdade”, e os nativos “se curvavam ao seu reinado, rebelando-se e libertando-se dos espanhóis”.⁵⁰ A Inglaterra prosperaria; o Protestantismo venceria o Catolicismo; a liberdade venceria a tirania.

Elizabeth não se convenceu. Porém, ela também estava distraída. Em 1584, ela expulsou o embaixador espanhol após descobrir um

plano para invadir a Inglaterra através da Escócia. A rainha gostava da ideia de os ingleses colocarem um pé no Novo Mundo, mas não queria que a Coroa cobrisse os custos. Decidiu, então, emitir uma carta-patente — uma licença — para um de seus cortesãos favoritos, o intrépido Walter Raleigh, escritor, poeta e espião, concedendo-lhe o direito de propriedade sobre uma terra na América do Norte, ao sul de um lugar chamado de Terra Nova: uma terra nova, um mundo novo, uma utopia, um lugar que não existia.

Raleigh era um aventureiro, um homem de ação, mas também era um homem das letras. Logo após ser agraciado com um título de nobreza, lançou uma expedição em 1584. Ele próprio não estava nas embarcações, mas enviou uma frota de sete navios e seiscentos homens, dando a eles um exemplar do “livro de crueldades espanholas ricamente ilustrado” de Las Casas, para ser usado para convencer os nativos de que os ingleses, ao contrário dos espanhóis, eram adeptos da misericórdia e do amor, da liberdade e da caridade. É possível que Raleigh também tenha lhes dado um exemplar do mais recente livro de ensaios do filósofo francês Michel de Montaigne. Assim como William Shakespeare, Raleigh foi profundamente influenciado por Montaigne, cujo ensaio de 1580, “Dos canibais”, atesta como, numa das ironias mais surpreendentes da história da humanidade, a mesma violência que caracterizou o encontro entre uma das metades do mundo com a outra, provocando tamanha destruição, também carregava em si as sementes de algo novo.⁵¹

“Os bárbaros não nos parecem mais extraordinários do que nós parecemos para eles, nem por melhor motivo”, escreveu Montaigne. “Todo homem chama de bárbaro aquilo que não é de seus costumes.”⁵² Eles são para nós o mesmo que somos para eles, cada

qual verdadeiro: e as duas verdades são uma.

Os homens de Raleigh desembarcaram numa das ilhas do que hoje é o arquipélago de Outer Banks, na Carolina do Norte, praias intermináveis delimitadas por faixas de algas e pequenos aglomerados de pinheiros e palmeiras. Os navios partiram, deixando para trás 104 homens com uma oferta muito escassa de suprimentos; o navio de suprimentos foi avariado e quase atolou nos bancos de areia. O lugar foi escolhido porque ficava escondido e era de difícil acesso. Pode até ser que tenha sido um bom esconderijo para piratas, mas era um lugar terrível para se começar uma colônia. Os colonizadores decidiram aguardar até o fim do inverno, esperando por suprimentos que eles imaginavam que chegariam na primavera. Enquanto isso, fizeram algumas tentativas de encontrar ouro e alguma outra enseada mais profunda e segura para atracar. Construíram um forte cercado de paliçadas. Apontaram suas armas para o mar aberto, crenes de que seu inimigo era a Espanha. Construíram casas fora da proteção dos muros do forte. Sequer imaginavam que os povos que já viviam nas Outer Banks pudessem representar um perigo para eles.

Eles enviaram para casa relatos sobre uma terra de estonteante beleza e assombrosa abundância. Ralph Lane, que chefiava a expedição, escreveu que “nem mesmo todos os reinos e terras da Cristandade juntos possuem matéria-prima tão boa e tão abundante para as necessidades do uso público ou para o deleite pessoal”. Mesmo assim, quando o navio de suprimentos sofreu um atraso, os colonizadores, em meio àquela abundância, começaram a passar fome. Os nativos, para quem os colonizadores pregavam o Evangelho, começaram a dizer a eles: “Deus Nosso Senhor não é Deus, pois está nos fazendo passar toda essa fome.” Em junho chegou uma esquadra, comandada por Sir Francis Drake, um espadachim que havia

navegado por todo o globo terrestre. Ele transportava um carregamento de trezentos africanos, acorrentados. Drake disse aos colonizadores que poderia deixá-los com suprimentos e um navio para procurar por uma enseada mais segura, ou poderia levá-los de volta para casa. Todos quiseram ir embora. Nos navios de Drake, eles tomaram o lugar dos africanos, seres humanos que Drake possivelmente descartou no oceano azul-cobalto, como se fossem uma carga indesejada.

Outra expedição, enviada em 1587 ao lugar que viria a ser chamado de Roanoke, não se saiu melhor. John White, um artista e cartógrafo que havia estudado com muita atenção os relatos da primeira expedição, pretendia fundar uma colônia permanente não na ilha, mas na baía de Chesapeake, ali perto, numa cidade que se chamaria Raleigh. Porém, em vez disso, o fracasso se repetiu. White navegou de volta até a Inglaterra naquele outono, na esperança de angariar suprimentos e apoio. Sua chegada não poderia ter acontecido em momento menos propício. Em 1588, uma frota de 150 navios espanhóis tentou invadir a Inglaterra. No fim, a armada espanhola acabou sendo derrotada, mas, com uma guerra naval em pleno curso, White não conseguiu mobilizar nenhum navio para voltar com ele até Roanoke e abandonou o assentamento.

Todos os registros sobre o destino da colônia inglesa em Roanoke, assim como a maior parte das coisas que aconteceram na história do mundo, se perderam. Quando White finalmente retornou, em 1590, ele não encontrou um único inglês, nem sua filha, nem sua neta, um bebê chamado Virginia, batizado em homenagem a Elizabeth, a rainha virgem. Praticamente a única coisa que restava do assentamento eram as letras “CRO” gravadas no tronco de uma árvore, uma marca que White havia combinado com os colonizadores

antes de sua partida, que significava que eles haviam pegado suas coisas e entrado mais fundo no território, em busca de um lugar melhor para se estabelecer. Apenas três letras, nem uma a mais. Nunca mais se ouviu falar deles.

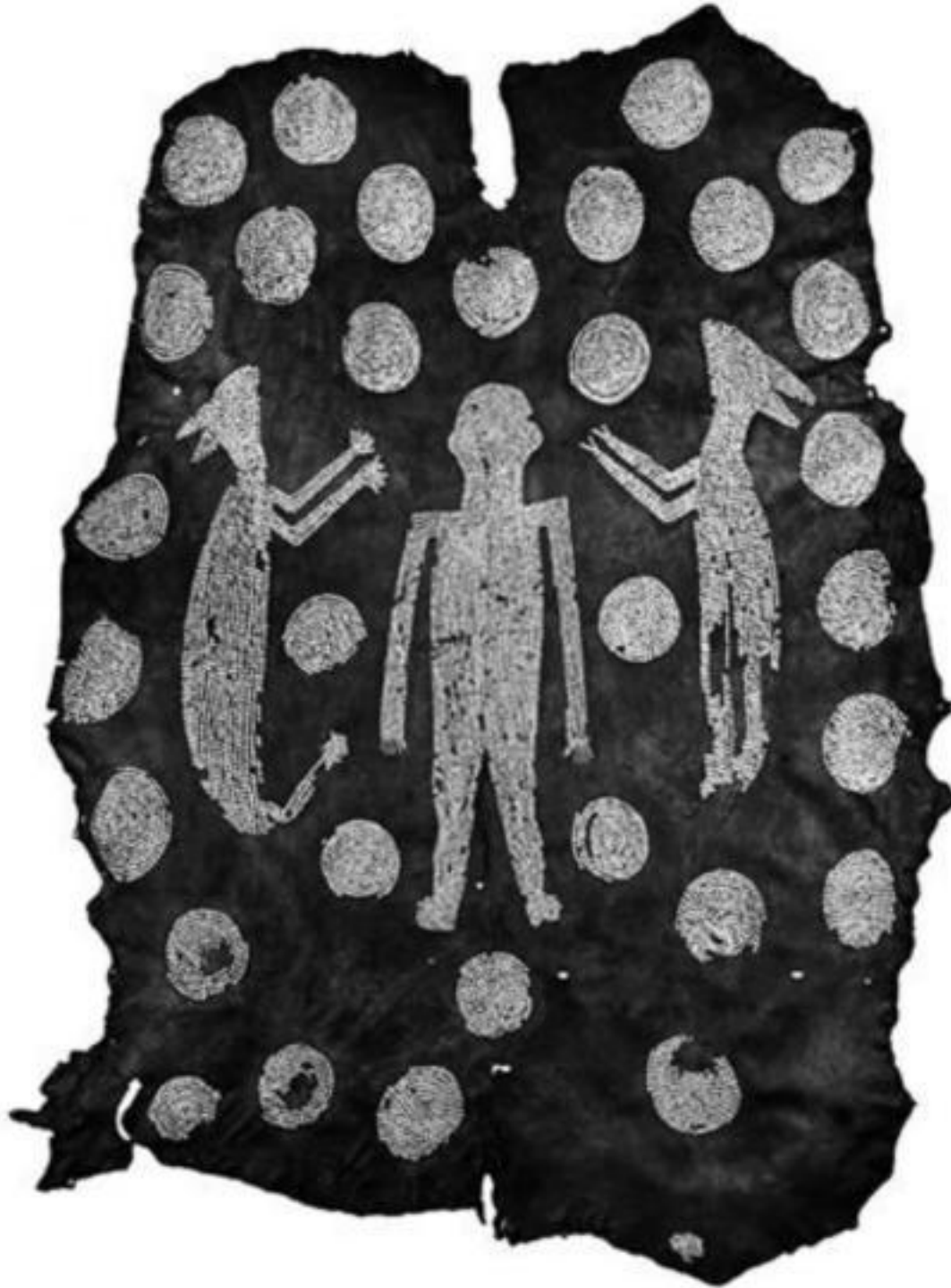
“Descobrimos um povo muito dócil, afetuoso e confiável, desprovido de toda a malícia e perfídia, vivendo de acordo com os costumes da Era de Ouro”, escreveu Arthur Barlowe, um dos capitães da expedição de Raleigh, numa carta para casa, descrevendo Roanoke como uma espécie de paraíso.⁵³ Os nativos não eram bárbaros; eles eram nossos ancestrais, e o Novo Mundo era o mais velho dos mundos.

No século brutal e sangrento entre a viagem de Colombo e a de John White, uma ideia nasceu, da fantasia e da violência: a ideia de que existem, nesse mundo, pessoas que vivem num verdadeiro Jardim do Éden, num estado natural, anterior ao surgimento das leis, anterior à formação dos governos. Essa história imaginada da América se transformou numa espécie de livro do gênesis inglês, a sua nova verdade.

“No princípio”, escreveria o inglês John Locke, “o mundo inteiro era a América.” Na América, tudo se transformou num princípio.

Dois

GOVERNANTES E GOVERNADOS



Esse manto de couro de veado, que provavelmente foi usado por Powhatan, estava, em meados do século XVII, em um museu em Oxford, na Inglaterra. (Ashmolean Museum, Universidade de Oxford, GB / Bridgeman Images.)

ELES ESFOLARAM O VEADO COM FACAS FEITAS DE PEDRA E RASPARAM A